



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LUIZA BACCHI DOURADO

**UMA ANÁLISE WITTGENSTEINIANA DO CONCEITO DE  
EVENTOS PRIVADOS NO COMPORTAMENTISMO  
RADICAL**

---

Londrina  
2021

LUIZA BACCHI DOURADO

**UMA ANÁLISE WITTGENSTEINIANA DO CONCEITO DE  
EVENTOS PRIVADOS NO COMPORTAMENTALISMO  
RADICAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes.

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Dourado, Luiza Bacchi.

Uma análise wittgensteiniana do conceito de eventos privados no comportamentalismo radical / Luiza Bacchi Dourado. - Londrina, 2021. 96 f.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Eventos privados - Tese. 2. Linguagem dos sentimentos - Tese. 3. Comportamentalismo Radical - Tese. 4. Wittgenstein - Tese. I. Lopes, Carlos Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

LUIZA BACCHI DOURADO

**UMA ANÁLISE WITTGENSTEINIANA DO CONCEITO DE  
EVENTOS PRIVADOS NO COMPORTAMENTALISMO  
RADICAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Profª. Dra. Carolina Laurenti  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Henrique Mesquita Pompermaier  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Londrina, 08 de julho de 2021.

**“Conceitos nos levam a investigações.  
São a *expressão* de nosso interesse e o  
dirigem”**

Wittgenstein

**“As cascas de ovo de sua origem ficam  
coladas em todo pensador. É isto que dá  
a conhecer com o que você lutou  
enquanto crescia. Que concepções  
criaram as suas; de quais você teve de se  
livrar posteriormente.”**

Wittgenstein

## **Agradecimentos**

Seguindo o clichê, e entendendo perfeitamente o porquê de ele existir, agradeço primeiro aos meus pais. Minha mãe por, desde sempre sempre sempre sempre, ter me ensinado que há muitas possibilidades de como mudar as contingências em que eu estou e que é possível ter uma vida mais feliz do que eu tendo a achar. Meu pai, por fazer sempre muito mais do que ele acredita ser só a obrigação dele e não me deixar ter dúvidas, nem por um segundo, de que ele está sempre aqui, ali e aonde for, por mim. Muito obrigada a vocês dois, o apoio e amor de vocês me dá uma segurança imensa e eu entendo o privilégio que é ter isso na vida. Como diria minha mãe: ainda bem que a gente tem a gente!

Não poderia, jamais, deixar de agradecer ao Carlos. Não consigo colocar em palavras o quanto esses sete anos (!!!) de aventuras acadêmicas que nós tivemos juntos fizeram a diferença na minha vida. Obrigada por me ensinar a estudar, me ensinar a pesquisar, por ter paciência com meu loooongo processo de aprender a escrever. Muito muito muito obrigada por me ensinar a querer conhecer, não quero nem saber o que seria dos meus jogos de linguagem sem você neles. Eu tenho um orgulho absurdo de ser sua pupila.

Agradeço, também, a Carol que fez (e faz!!) parte de momentos tão importantes e tão formadores da minha vida até aqui. Obrigada por me acolher em todos os momentos em que eu precisei. Obrigada por todas as palavras naqueles (vários) dias depois do SPAC, que eu chegava perguntando como eu fazia para virar professora ou se era esse mesmo o processo de publicar um artigo, eu precisava muito daquelas palavras e nem sabia. Obrigada por estar aqui durante minha graduação e meu mestrado todo, é incrível te ter por aqui.

Ao Henrique, eu sou profundamente grata por ter me feito ver que eu não estava sozinha nesse processo maluco que é estudar eventos privados do jeitinho que a gente estuda. Obrigada por aquela pergunta que você fez ao Abib depois da fala dele no EMAC, eu nem conseguia acreditar que alguém tava ali falando de eventos privados também!! Mais que isso, obrigada por sempre se colocar disponível, por me ajudar com (tantas!) referências. Obrigada pelo nosso “besouro na caixa” e por participar do meu processo de mestrado, tenho muito orgulho de você ter feito parte disso.

Preciso agradecer também a Ana Flowers, a amizade mais longa que eu tenho nessa vida! Que já passou por tanto comigo e que, aparentemente, não vai desistir de mim mesmo assim. Obrigada por viver da forma que você vive e me fazer entender quantas outras possibilidades de existências existem por aí. Eu amo você!

Não sei nem como agradecer o suficiente ao Renan, desde se disponibilizar a me ajudar em tudo nessa vida acadêmica até ser um amigo incrível nessa vida. Eu amo te ver crescendo na vida e ver os caminhos bonitos que você tá percorrendo. Obrigada por tudo e tanto. Obrigada, também, por ter me apresentado a Denguinho. Essa foi uma surpresa que, cada vez mais, me faz feliz. Carol, você é uma pessoa incrível e eu me considero uma pessoa de sorte de poder conviver com você hoje e, espero, que muitos dias mais!

Também preciso agradecer a Rachel que me ajudou TANTO em momentos que eu tive dificuldade de pedir por ajuda. Obrigada por ter me acompanhado nesse mestrado, esse processo foi muito mais fácil com você fazendo parte dele. Obrigada também a Dê e Anninha, os presentes que esse mestrado me deu! Vocês me fazem ver a vida leve, me fazem querer viver mais só pra, com vocês, eu aprender mais sobre simplesmente existir.

Débora, com muito orgulho eu vou deixar registrado aqui, no que eu considero ser uma tatuagem acadêmica, que você é minha *amiga* e eu sou a pessoa mais feliz do mundo por poder dizer disso! Sou feliz por a gente estar aqui como estamos e sou grata demais por ter você hoje na minha vida e, com às graças das contingências, no meu futuro também! Ser sua amiga é ainda melhor do que eu sempre achei que seria.

Ao meu grande colega, amigo E pesquisador Heitor, obrigada por simplesmente ser a melhor pessoa que eu conheço. Eu não me canso de admirar o quanto você existe de uma maneira tão bonita, tão ética e tão justa. Obrigada por me ensinar e me fazer querer ser melhor todos os dias. Ter você perto de mim me faz um bem danado!

Agora, eu gostaria de agradecer às duas pessoas que eu digo, sem medo *nenhum* de estar sendo exagerada, que eu não teria feito esse mestrado se não fosse por elas: Camila, eu fico em paz de saber que eu falo uma quantidade absurda de vezes pra você o quanto eu te amo e o quanto eu sou feliz de ter você como minha melhor amiga, porque parece errado demais você não saber disso. Obrigada por estar do meu lado sempre, até mesmo quando eu não queria estar. Obrigada por saber, como ninguém, como dividir os momentos felizes comigo. Obrigada por construir comigo a amizade mais linda que eu tenho nessa vida. Eu AMO ser a sua melhor amiga. Você faz a vida valer muito mais a pena.

Sofia, eu sou uma pessoa cética, mas vou tomar a liberdade de dizer que você tem um superpoder: o de transformar as contingências que me pareciam as mais impossíveis e intransponíveis em contingências que eu vivo com tranquilidade. Obrigada por dividir a vida comigo, obrigada por ser família. Obrigada por construir comigo uma vida que eu amo viver. Nesse pacotinho, obrigada Léia e Hélio, minha vida é muito mais feliz com vocês dois nela.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Dourado, L. B. **Uma análise wittgensteiniana do conceito de eventos privados no comportamentalismo radical**. 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021

## RESUMO

Aproximações entre o comportamentalismo radical de Skinner e a filosofia da linguagem de Wittgenstein não são novas na literatura. Um dos primeiros autores que se propôs a sistematizá-las foi Willard Day, defendendo que tanto Skinner quanto Wittgenstein apresentam um viés antimentalista, antirreferencialista em suas obras, assim como entendem a linguagem como comportamento e que seu significado estaria no uso. Todavia, estudos recentes apontam que essas aproximações entre os autores não parecem se manter harmoniosas quando se trata da temática da linguagem psicológica e, mais especificamente, da proposta skinneriana para a linguagem dos sentimentos via eventos privados. Por um lado, para Skinner, o conceito de eventos privados possui papel central em sua explicação para essa linguagem, enquanto, por outro lado, para Wittgenstein simplesmente não faria sentido falar sobre eventos privados. Esse ataque ao conceito de eventos privados é especialmente importante, uma vez que é por meio desse conceito que analistas do comportamento, em geral, tratam de temas ligados aos fenômenos psicológicos. Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo discutir o conceito de eventos privados por uma perspectiva wittgensteiniana. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza teórico-conceitual em quatro etapas, as quais tinham o objetivo de: 1) sistematizar as teses de Wittgenstein sobre a linguagem psicológica; 2) sistematizar as teses de Skinner para a linguagem dos sentimentos, via conceito de eventos privados; 3) analisar os argumentos favoráveis ao conceito de eventos privados a partir do pré-texto wittgensteiniano e; 4) sistematizar os resultados obtidos. Após a leitura dos livros de Wittgenstein, 4 unidades de análise foram sistematizadas com o objetivo de perpassar os principais argumentos do autor sobre a linguagem psicológica, sendo elas: i) Linguagem privada; ii) Confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem; iii) Confusão entre discursos em primeira e terceira pessoa e; iv) separação entre linguagem psicológica e contexto. Essas unidades foram utilizadas como guia para a análise da proposta skinneriana, que trata da linguagem dos sentimentos via conceito de eventos privados. Após essa análise, entende-se que Skinner filia a sua proposta de explicação da linguagem dos sentimentos via eventos privados a uma concepção de linguagem privada; recai na confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem; por consequência, também recai em uma confusão entre os discursos em primeira e terceira pessoa; e, por fim, atribui um papel ao contexto em sua explicação para a linguagem dos sentimentos que não é compatível com as teses de Wittgenstein. Sendo assim, a proposta skinneriana não se mostra bem-sucedida em evitar ou responder as críticas wittgensteinianas, constituindo-se como um ponto de ruído e divergências entre os dois autores. Por fim, foram analisados, por uma perspectiva wittgensteiniana, alguns argumentos favoráveis à manutenção do conceito de eventos privados, os quais não se mostraram suficientes para justificar a manutenção do conceito. Como resultado das análises feitas, concluiu-se que o conceito de eventos privados pode ser abandonado no comportamentalismo radical.

**Palavras-chave:** eventos privados; linguagem dos sentimentos; Skinner; comportamentalismo radical; Wittgenstein.

Dourado, L. B. A **Wittgensteinian analysis of the concept of private events in radical behaviorism**. 2021. 96 p. Dissertation (Master's in Behavior Analysis) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## ABSTRACT

Approximations between Skinner's radical behaviorism and Wittgenstein's philosophy of language are not new in literature. One of the first authors who proposed to systematize them was Willard Day, arguing that both Skinner and Wittgenstein have an anti-mentalist, anti-referentialist bias in their works, as well as understanding language as behavior and that its meaning would be in use. However, recent studies indicate that these approximations between authors do not seem to remain harmonious when it comes to the theme of psychological language and, more specifically, in the skinnerian proposal for the language of feelings via private events. On one hand, for Skinner, the concept of private events plays a central role in his explanation of this language, while on the other hand, for Wittgenstein it simply would not make sense to talk about private events. This attack on the concept of private events is especially important, since it is through this concept that behavior analysts, in general, deal with issues related to psychological phenomena. Given this scenario, this research aimed to discuss the concept of private events from a wittgensteinian perspective. For this, a theoretical-conceptual research was executed in four stages, which had the objective of: 1) systematizing Wittgenstein's theses on psychological language; 2) systematize Skinner's theses for the language of feelings, via the concept of private events; 3) analyze the arguments in favor of the concept of private events from the wittgensteinian pre-text and; 4) systematize the results obtained. After reading Wittgenstein's books, 4 units of analysis were systematized in order to go through the main arguments of the author about psychological language, namely: i) Private language; ii) Confusion between different types of language games; iii) Confusion between first and third person speeches; and iv) Separation between psychological language and context. These units were used as a guide for the analysis of the skinnerian proposal that deals with the language of feelings via the concept of private events. After this analysis, it was concluded that Skinner joins his proposal for explaining the language of feelings via private events to a conception of private language; it falls into confusion between different types of language games; as a result, it also falls into a confusion between first and third-person discourses; and, finally, he assigns a role to context in his explanation of the language of feelings that is not compatible with Wittgenstein's theses. Thus, the skinnerian proposal is not successful in avoiding or responding to wittgensteinian criticisms, constituting a point of divergence between the two authors. Finally, from a wittgensteinian perspective, some arguments in favor of maintaining the concept of private events were analyzed, which were not sufficient to justify the maintenance of the concept. As a result of the analyses, it was concluded that the concept of private events can be abandoned in radical behaviorism.

**Keywords:** private events; language of feelings; Skinner; radical behaviorism; Wittgenstein.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	13
2.1	OBJETIVO GERAL .....	13
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b> .....	14
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 1: WITTGENSTEIN E A LINGUAGEM PSICOLÓGICA</b> ...	19
4.1	LINGUAGEM PRIVADA.....	21
4.2	CONFUSÃO ENTRE DIFERENTES TIPOS DE JOGOS DE LINGUAGEM.....	27
4.3	CONFUSÃO ENTRE DISCURSOS PSICOLÓGICOS EM PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA .....	36
4.4	SEPARAÇÃO ENTRE LINGUAGEM PSICOLÓGICA E CONTEXTO .....	39
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 2: SKINNER E A LINGUAGEM PSICOLÓGICA</b> .....	43
5.1	LINGUAGEM PRIVADA.....	48
5.2	CONFUSÃO ENTRE DIFERENTES TIPOS DE JOGOS DE LINGUAGEM.....	53
5.3	CONFUSÃO ENTRE DISCURSOS PSICOLÓGICOS EM PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA .....	60
5.4	SEPARAÇÃO ENTRE LINGUAGEM PSICOLÓGICA E CONTEXTO .....	65
<b>6</b>	<b>CAPÍTULO 3: PRECISAMOS DE EVENTOS PRIVADOS?</b> .....	69
6.1	COMPORTAMENTO VERBAL VERSUS EVENTOS PRIVADOS .....	69
6.2	COMPLEXIDADE E EVENTOS PRIVADOS .....	74
6.3	EVENTOS PRIVADOS E O CARÁTER RADICAL DO COMPORTAMENTISMO SKINNERIANO.....	77
6.4	A FUNÇÃO PRÁTICA DOS EVENTOS PRIVADOS .....	79
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

Aproximações entre o comportamentalismo radical de Skinner e a filosofia da linguagem de Wittgenstein têm sido indicadas por diferentes autores (Abib, 1999; Borba & Tourinho, 2009; Catania, 2003; Day, 1969; Gier, 1982; Magalhães, 2017b; Schonenberger, 1991; Waller, 1977; Zuriff, 2003). Uma das primeiras tentativas sistemáticas de explorar tais aproximações foi proposta por Willard Day (1969). De acordo com esse autor, Skinner e Wittgenstein convergiriam na medida em que ambos adotam uma postura antimentalista em suas obras, criticando “a prática de reificar termos geralmente usados para se referir a processos psicológicos ou comportamentais” (Day, 1969, p. 501). Da mesma forma, os dois autores partilhariam de uma concepção de linguagem que tem “como ponto de partida objeções à crença comum de que a principal função das palavras é nomear ou se referir a objetos” (Day, 1969, p. 496). Consequentemente, tanto Wittgenstein quanto Skinner defenderiam a natureza comportamental da linguagem. Nas palavras de Day (1969): “deve ser notado que, em ambas as perspectivas, linguagem é vista como algo natural, com ênfase nos efeitos do comportamento verbal e na situação na qual cada comportamento verbal ocorre” (p. 496). Ainda em relação à concepção de linguagem, Day (1969) pontua que tanto o comportamentalismo skinneriano quanto a filosofia wittgensteiniana partilham da compreensão de que a significação da linguagem se encontra no uso, sendo assim: “para ambos, uma busca por significado pode levar apenas ao estudo do uso da palavra, à análise do comportamento verbal como ele é realmente visto ocorrendo. Para ambos, o significado é o uso” (p. 498).

Day (1969) defende, portanto, a possibilidade de uma aproximação das obras de Skinner e Wittgenstein no âmbito da linguagem, já que a noção skinneriana de comportamento verbal partilharia de pressupostos similares aos da concepção de linguagem wittgensteiniana. Levando isso em consideração, Day (1969) estende essa possibilidade de

aproximação entre os autores para o tratamento dado à linguagem psicológica e, mais especificamente, à linguagem dos sentimentos, que, no caso de Skinner, inclui o conceito de eventos privados.<sup>1</sup> De acordo com Day (1969), “nem Wittgenstein nem Skinner rejeitam eventos privados como entidades necessariamente sem sentido ou fictícias” (Day, 1969, p. 494).

Recentemente, Magalhães (2017b) avaliou criticamente a proposta de Willard Day, indicando diferenças importantes entre Skinner e Wittgenstein que não tinham sido identificadas pelo comportamentalista. Nessa avaliação, Magalhães (2017b) concorda com Day que tanto Skinner quanto Wittgenstein apresentam propostas antimentalistas e antirreferencialistas de linguagem, enfatizando sua natureza comportamental e a proposição de que a significação se encontra no uso das palavras. Contudo, Magalhães (2017b) se opõe fortemente à tentativa de aproximação entre Skinner e Wittgenstein no que concerne aos eventos privados.

Magalhães (2017b) indica, portanto, que o diálogo entre Skinner e Wittgenstein encontra um limite quando se trata do conceito de eventos privados. Ao adotar uma concepção de linguagem que se liga ou que se refere aos eventos privados, Skinner se afastaria de posturas que havia assumido em sua concepção de comportamento verbal, como o caráter social e antirreferencialista da linguagem, e que dialogavam com a noção wittgensteiniana de linguagem (Magalhães, 2017b). Assim, o ruído gerado pelo conceito de eventos privados se apresentaria mais do que apenas uma divergência entre Skinner e Wittgenstein, ele seria um ruído entre Skinner e posturas que parecem estar presentes no restante do seu comportamentalismo radical. Essa situação parece se tornar ainda mais

---

<sup>1</sup> Cabe pontuar que a discussão sobre a linguagem dos sentimentos é um recorte do que seria o escopo do debate sobre a linguagem psicológica. Temas como pensamento, percepção, emoção e memória também compõem essa discussão. No âmbito deste trabalho, foi analisada, especificamente, a proposta skinneriana para a explicação da linguagem dos sentimentos porque nela o conceito de eventos privados é protagonista. Sendo assim, outras temáticas que dizem respeito a linguagem psicológica, não foram abordadas por essa pesquisa por fugirem dos objetivos e escopo estabelecidos.

problemática na medida em que o conceito tem sido ostensivamente defendido na literatura analítico-comportamental, como uma característica indelével do comportamentalismo radical.

Zilio e Dittrich (2014, 2015), por exemplo, reiteram a importância do emprego do conceito de eventos privados, com algumas ressalvas. Eles argumentam que, justamente, devido à popularidade do conceito entre os analistas do comportamento, haveria uma dificuldade de delimitação e definição do que seriam os eventos privados. Essa dificuldade justificar-se-ia, em grande parte, pela complexidade do conceito. Sendo assim, seria responsabilidade dos analistas do comportamento contemporâneos dedicarem-se a uma investigação mais sistemática do conceito de eventos privados. A defesa dos autores é de que essa investigação do conceito tem sua importância justificada devido a utilidade teórica do conceito de eventos privados: ele seria *necessário* para se compreender aspectos complexos do comportamento humano, como os ligados aos sentimentos e, conseqüentemente, uma análise sem levá-lo em consideração não seria capaz de compreender o comportamento como um todo (Zilio e Dittrich, 2014, 2015).

Outro ponto em defesa do uso do conceito de eventos privados diz respeito a ele ser considerado a marca da “radicalidade” do comportamentalismo de Skinner (Carrara & Strapasson, 2014, Zilio & Dittrich, 2014, 2015). Essa argumentação apoia-se no fato de que em seu texto *The Operational Analysis of Psychological Terms*, Skinner (1945) apresenta, pela primeira vez, tanto o conceito de eventos privados quanto a terminologia “comportamentalismo radical”. Nesse artigo, Skinner (1945) defende que é possível o estudo de assuntos ligados aos fenômenos psicológicos de uma perspectiva comportamentalista, sem incorrer no que ele denomina comportamentalismo metodológico, ou seja, a atitude de desconsiderar tais fenômenos por razões metodológicas. As quatro formas de reforçamento das respostas verbais ligadas aos eventos privados seriam as tentativas skinnerianas de explicar de que maneira isso é possível. Portanto, seria o conceito de eventos privados que

permitiria a Skinner “radicalizar” o seu comportamentalismo ao criar a possibilidade do estudo de fenômenos psicológicos sem recorrer a referências problemáticas (Carrara & Strapasson, 2014).

Valendo-se ainda de outro argumento, Tourinho (2007) defende que, embora o conceito de eventos privados deva ser mantido, ele precisa ser refinado. Isso porque o conceito é utilizado na área sob controle de diferentes variáveis, levando a uma série de significações distintas e possíveis confusões conceituais. Em seu texto, o autor adota a definição de eventos privados como relações comportamentais e argumenta que partindo dela, a importância do conceito de eventos privados se torna ainda mais evidente. Tourinho (2007) justifica a manutenção do conceito pela sua utilidade prática na análise de fenômenos psicológicos em contextos de atuação de analistas do comportamento, principalmente na clínica. De acordo o autor, as respostas verbais que tratam dos fenômenos psicológicos ou os “termos subjetivos” sempre remetem, em alguma instância, a eventos privados. Dessa forma, o conceito de eventos privados seria *necessário* para uma análise e intervenção clínica, já que o estudo das respostas verbais relacionadas a esses eventos seria a maneira pela qual o psicólogo analista do comportamento poderia acessar o que o indivíduo sente (Tourinho, 2007).

Em suma, por um lado, analistas do comportamento de destaque apresentam uma defesa sistemática do conceito de eventos privados, com justificativas tanto teóricas quanto práticas para sua utilização. Por outro lado, análises críticas, como a de Magalhães (2017b), sugerem que o conceito não apenas impõe um limite ao diálogo entre Skinner e Wittgenstein, mas afasta Skinner de posturas presentes em seu próprio comportamentalismo radical. Partindo desse cenário, este trabalho se propõe a reavaliar o conceito de eventos privados de uma perspectiva wittgensteiniana, analisando se os argumentos invocados para a defesa desse conceito são suficientes para a sua manutenção no comportamentalismo radical.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Discutir o conceito de eventos privados de uma perspectiva wittgensteiniana.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e sistematizar as principais teses de Wittgenstein sobre linguagem psicológica.
- Descrever o tratamento skinneriano da linguagem dos sentimentos em termos de eventos privados.
- Apontar convergências e divergências entre as propostas skinneriana e wittgensteiniana sobre a linguagem psicológica.
- Avaliar argumentos analítico-comportamentais favoráveis à manutenção do conceito de eventos privados de uma perspectiva wittgensteiniana.

### 3 MÉTODO

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de natureza teórico-conceitual. Esse tipo de pesquisa permite que a análise de um conceito (ou uma série deles) seja feita nos textos de um ou mais autores, a fim de auxiliar em possíveis críticas, considerações, propostas e reflexões sobre o conceito de interesse. No caso desta pesquisa, as teses wittgensteinianas sobre a linguagem psicológica foram postas em paralelo com as teses skinnerianas sobre a mesma temática, com o intuito de “interpelar os conceitos psicológicos com as categorias da filosofia, dando relevo as afinidades filosóficas do núcleo conceitual de uma teoria psicológica. Isso permitiria filiar o texto psicológico a certos compromissos filosóficos” (Laurenti & Lopes, 2016, p. 44).

A pesquisa foi dividida em quatro etapas, descritas a seguir.

#### **Etapa 1 - Sistematização das teses de Wittgenstein sobre a linguagem psicológica tradicional**

Na etapa 1 foi realizada uma análise conceitual das obras em que Wittgenstein trata mais explicitamente do tema da linguagem psicológica, sendo elas: *Philosophical Investigations* (1953/1986); *The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the Philosophical Investigations* (1958/1965); *Observações sobre a Filosofia da Psicologia: volumes I e II* (1980/2008) e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia: volumes I e II* (1982/2014).

Esses livros foram lidos na íntegra e a análise foi feita por meio da sistematização de teses proposta na segunda etapa do *Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto* (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016). Ou seja, foram levantadas as teses tradicionais, as críticas a essas teses, e as teses alternativas propostas por

Wittgenstein. Uma tese tradicional consiste em uma afirmação feita “por outros autores, teorias ou doutrinas, e que serão discutidas e criticadas pelo autor do texto” (Laurenti & Lopes, 2016, p. 57). Já a crítica é a identificação dos problemas encontrados nas teses tradicionais pelo autor do texto. Por fim, uma tese alternativa envolve “a(s) proposta(s) do autor para substituir as teses tradicionais criticadas evitando seus problemas” (Laurenti & Lopes, 2016, p. 57).

As teses identificadas foram reunidas em unidades de análise, de modo que teses similares ou complementares umas às outras foram agrupadas em uma mesma unidade. Com isso, foram percorridos os principais pontos da argumentação de Wittgenstein acerca da linguagem psicológica.

### **Etapa 2 – Identificação das teses de Skinner sobre a linguagem dos sentimentos via eventos privados**

Na Etapa 2, foi realizada uma análise conceitual e estrutural de textos de Skinner que apresentam formalmente e/ou tratam de maneira central a linguagem dos sentimentos por meio do conceito de eventos privados. Foram selecionados quatro textos, de diferentes momentos da obra do autor: *The operational analysis of psychological terms* (Skinner, 1945); *Private events in a natural science* (Skinner, 1953/1965); *The world within the skin* (Skinner, 1974/1976) e *The place of feeling in the Analysis of Behavior* (Skinner, 1989).

Não foram incluídos nas análises textos em que as teses apresentadas por Skinner sobre a temática dos eventos privados se repetem ou se mostraram muito semelhantes entre si. Um exemplo é o item *Verbal behavior under the control of private stimuli* do capítulo *The tact*, do livro *Verbal Behavior* (Skinner, 1957/1992) e o artigo *The operational analysis of psychological terms* (Skinner, 1945). Devido à semelhança entre as teses presentes nesses dois textos, apenas o segundo foi selecionado para análise valendo-se do critério de que foi

nele em que Skinner apresenta formalmente o conceito de eventos privados, constituindo-se como marco no comportamentalismo radical. Textos em que Skinner utiliza o conceito de eventos privados, mas não discute a linguagem ligada aos sentimentos, também foram desconsiderados. Esse é o caso de *Behaviorism at fifty* (Skinner, 1969), no qual os eventos privados são utilizados por Skinner para tratar de questões que envolvem a percepção e não os sentimentos.

Os textos selecionados foram analisados com base na segunda etapa do *Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto* (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016), assim como feito na Etapa 1. A caracterização das teses teve o intuito de evidenciar a análise skinneriana da linguagem dos sentimentos no material selecionado. As teses sistematizadas nesta etapa serviram de base para as comparações posteriores entre as propostas de Skinner para a linguagem dos sentimentos e as teses de Wittgenstein.

### **Etapa 3 – Análise dos argumentos favoráveis ao conceito de eventos privados**

Na Etapa 3, os argumentos favoráveis ao uso e manutenção do conceito de eventos privados que foram apresentados na introdução foram resgatados e analisados de uma perspectiva wittgensteiniana. O objetivo desta etapa foi avaliar se haveria argumentos na literatura analítico-comportamental que poderiam justificar a manutenção do conceito de eventos privados, mesmo diante das críticas de Wittgenstein.

Para essa análise, foram considerados os seguintes textos: *On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner* (Day, 1969); *Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal* (Tourinho, 2007); *Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical?* (Carrara & Strapasson, 2014); *O que fazer com os eventos privados? Reflexões a parte das ideias de Baum, parte I: A definição de privacidade* (Zilio & Dittrich, 2014) e; *O que fazer com os*

*eventos privados? Reflexões a parte das ideias de Baum, parte II: A invasão da privacidade* (Zilio & Dittrich, 2015).

A seleção de textos analisados não teve a pretensão de esgotar a discussão existente na literatura analítico-comportamental a respeito das justificativas e vantagens do uso do conceito de eventos privados, mas sim de analisar alguns argumentos atuais para além dos presentes na obra de Skinner sobre a temática. Levando isso em consideração, o critério para seleção dos textos foi o teor das teses apresentadas em defesa do conceito, na tentativa de analisar diferentes argumentos apresentados na literatura analítico-comportamental por uma perspectiva wittgensteiniana.

Esses textos foram lidos na íntegra e os principais argumentos em defesa do conceito foram identificados e agrupados. A análise dos argumentos foi feita tendo como base as considerações de Wittgenstein sobre a linguagem psicológica sistematizadas na Etapa 1.

#### **Etapa 4 – Sistematização dos resultados**

Os resultados das etapas anteriores foram sistematizados na forma de textos-síntese, que deram origem aos três capítulos da dissertação.

O Capítulo 1 sistematizou os resultados da Etapa 1 por meio de uma organização das teses de Wittgenstein sobre a linguagem psicológica em quatro unidades de análise: 1) linguagem privada; 2) confusão entre diferentes jogos de linguagem; 3) confusão entre discursos em primeira e terceira pessoa; e 4) separação entre linguagem psicológica e contexto.

O Capítulo 2 organizou as teses skinnerianas sobre a linguagem dos sentimentos, sistematizadas na Etapa 2, nas mesmas unidades de análise apresentadas no Capítulo 1. Essa análise teve como fio condutor o papel dos eventos privados na proposta skinneriana e suas incompatibilidades com as discussões de Wittgenstein.

O Capítulo 3 foi composto por uma análise de alguns argumentos favoráveis ao emprego do conceito de eventos privados, encontrados na literatura analítico-comportamental. Esses argumentos, que já haviam sido mencionados na introdução, foram analisados considerando as discussões de Wittgenstein. Ao todo foram analisadas quatro dimensões da defesa do conceito de eventos privados: 1) Comportamento verbal *versus* eventos privados; 2) Complexidade e eventos privados; 3) Eventos privados e a radicalidade do comportamentalismo skinneriano e; 4) A função prática dos eventos privados.

#### 4 CAPÍTULO 1 – WITTGENSTEIN E A LINGUAGEM PSICOLÓGICA

A virada linguística foi um movimento da filosofia contemporânea responsável pelo deslocamento das questões tradicionais da filosofia (verdade, significado, experiência e realidade, por exemplo) para o âmbito da linguagem (Bernstein, 2010). Com a virada linguística, problemas filosóficos passaram a ser vistos como “problemas que podem ser resolvidos (ou dissolvidos) seja pela reforma da linguagem, seja por uma maior compreensão da linguagem que usamos atualmente” (Rorty, 1967, p. 3). Mais do que uma mera mudança de interesse ou de assunto, esse movimento foi responsável pela constituição de uma nova concepção de mundo, na qual os problemas filosóficos passaram a ser considerados problemas linguísticos.

A filosofia que surgiu com a virada linguística, denominada filosofia da linguagem ou filosofia linguística, teve como um de seus principais expoentes Ludwig Wittgenstein<sup>2</sup> (1889-1951). O movimento proposto por Wittgenstein foi de ater-se ao que é dado linguisticamente, o que, no limite, significava que a filosofia estaria delimitada ao campo da linguagem (Rorty, 1967), recusando, por isso, explicações que recorressem a algo extralinguístico (Pears, 1973).

Voltando-se para a linguagem, Wittgenstein (1953/1986) afastou-se de um sistema filosófico fixo, que pretendia encontrar um ponto único de origem e função da linguagem, para defender uma origem multifacetada, orientada por diferentes funções construídas em relações sociais (Pears, 1973). Essa concepção de linguagem atribui um caráter imanente e plural para o significado, na medida em que ele não pode ser visto como algo *captado* pela linguagem, algo extralinguístico ao qual a linguagem se refere ou se liga. A significação da linguagem está *no* uso que é feito dela no contexto em que é utilizada. Consequentemente,

---

<sup>2</sup> A obra de Wittgenstein é marcada por uma cisão, o que se convencionou a chamar de primeiro e segundo Wittgenstein. O primeiro Wittgenstein estaria formalizado na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, que está alinhada a uma concepção lógica de linguagem, marcada, portanto, por uma análise formal dos enunciados. Já o segundo Wittgenstein aparece de forma mais elaborada em *Investigações Filosóficas*, que adota uma análise funcional da linguagem. Por conta dos objetivos, este trabalho analisou somente as teses do segundo Wittgenstein.

uma palavra utilizada em um contexto específico é apenas uma das muitas possibilidades de palavras com sentido que poderiam ser usadas; ao mesmo tempo, a significação de uma palavra nesse contexto é uma dentre as muitas possíveis. Portanto, com diferentes usos de palavras, em diferentes contextos, são construídos distintos significados (Wittgenstein, 1953/1986).

O compromisso de Wittgenstein com esse contextualismo inviabiliza uma concepção individualista da linguagem e se posiciona a favor de uma gênese necessariamente social para a linguagem (Bloor, 1997; Williams, 1999). Sendo assim, os usos que são feitos da linguagem não são inventados pelo indivíduo sozinho, eles são construídos e corrigidos social e culturalmente, em um acordo intersubjetivo<sup>3</sup>, constituindo uma prática cultural. No limite, esses acordos e correções são o que estabelecem os usos da linguagem em seus diversos contextos.

Emerge dessa discussão uma concepção de linguagem contextual (toda linguagem e sua significação), funcional (o significado está no uso da linguagem em um contexto) e social (toda linguagem e sua significação deve ser ensinada e corrigida socialmente) (Wittgenstein, 1953/1986). Contudo, essa concepção encontra resistência na linguagem psicológica tradicional, ou seja, naquela linguagem adotada na psicologia para se falar de sentimentos, pensamentos, memórias, emoções e outros assuntos considerados subjetivos (Wittgenstein,

---

<sup>3</sup> A necessidade da proveniência social da linguagem não é consenso entre os estudiosos de Wittgenstein. Esse debate se polariza, em linhas gerais, entre defensores de uma posição contextualista (ou comunitarista) e defensores de uma concepção individualista (ou não-comunitarista). Williams (1999) e Bloor (1997) defendem a interpretação contextualista, pontuando que a teoria do significado de Wittgenstein possui necessariamente um caráter social e/ou ambiental, e *como* aprendemos e *como* somos treinados a usar a linguagem também faria parte de seu significado. Já Baker e Hacker (1992) e Magalhães (2017a) opõem-se a essa interpretação, argumentando que Wittgenstein defende que um jogo de linguagem deve ser *compartilhável*, o que não quer dizer que seja sempre compartilhado – estaria preservada, então, a possibilidade de o indivíduo criar “jogos solitários”, sem pontos de apoio social, desde que isso ainda pudesse ser socialmente comunicado. Neste trabalho adotamos uma interpretação comunitarista da linguagem, entendendo que a tese de que a linguagem tem sempre uma *gênese* social não elimina a possibilidade de uma *generalização* da linguagem socialmente aprendida para outros contextos. Isso permitiria entender os “jogos solitários” como extensões de jogos que foram socialmente aprendidos.

1953/1986). Isso acontece porque esse tipo de linguagem parece adotar um funcionamento diferente.

Em primeiro lugar, a linguagem psicológica tradicional não seria contextual, já que o significado das palavras que compõem essa linguagem seria encontrado em um objeto interno ao indivíduo que seria descrito por ele (e apenas por ele). Em segundo lugar, não poderia ser funcional, já que essa linguagem teria um único sentido, justamente por seu significado não estar conectado ao contexto e suas multiplicidades, tendo como a única função, descrever o “mundo interno” do falante. Em terceiro lugar, não seria social, considerando que o indivíduo significaria a linguagem psicológica sozinho, já que ninguém mais tem acesso direto ao que ele sente ou experiencia em seu mundo interno. Nesse sentido, a correção intersubjetiva dessa linguagem seria impossível, já que apenas o indivíduo saberia do que está falando.

Na medida em que essa concepção tradicional de linguagem psicológica é diametralmente oposta à proposta de Wittgenstein, ela será um tema reiteradamente abordado por ele (Wittgenstein 1953/1986, 1980/2008, 1982/2014). Atendendo a extensão das análises de Wittgenstein sobre a linguagem psicológica, este capítulo foi organizado de forma a perpassar os principais pontos da argumentação wittgensteiniana sobre o assunto, agrupando-os em unidades de análise criadas após a leitura dos livros de Wittgenstein, sendo elas: 1- linguagem privada; 2- confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem; 3- confusão entre discursos em primeira e terceira pessoa e 4- separação entre linguagem psicológica e contexto.

#### 4.1 LINGUAGEM PRIVADA

Wittgenstein (1980/2008) pontua que ao tentar explicar o “mundo subjetivo” das pessoas, a linguagem psicológica tradicional adota a noção de uma *linguagem privada*. Essa concepção de linguagem parte da tese de que existe um mundo interno e que seria função da

linguagem psicológica descrever esse mundo. Assim, os fenômenos tratados pela linguagem psicológica seriam entendidos como objetos internos, aos quais essa linguagem se referiria. Desse modo, a linguagem privada parte de uma “coisificação” dos fenômenos psicológicos, defendendo a tese de que os “objetos psicológicos” povoariam um mundo inacessível a outras pessoas.

Na medida em que esse mundo é privado, a linguagem que o descreve apresentaria algumas particularidades: o indivíduo geraria, sozinho, o significado das palavras, já que ele é o único que possui acesso direto ao objeto psicológico e que, desse modo, seria capaz de estabelecer essa relação entre palavra e o *seu* objeto. Essa privacidade permite que o indivíduo crie suas próprias regras para o uso da linguagem, sem o apoio ou correção de outras pessoas, associando palavras que lhe são semelhantes ou apropriadas com os seus fenômenos psicológicos (Wittgenstein, 1980/2008). Consequentemente, somente ele poderia avaliar o valor da verdade dos enunciados psicológicos já que só ele pode verificar o que realmente está acontecendo em seu interior. Em suma, o argumento é que somente o sujeito poderia saber sobre sua própria experiência, enquanto os outros apenas podem supor ou construir inferências sobre ela (Wittgenstein, 1953/1986).

Wittgenstein dedica boa parte de seus escritos à crítica a essa concepção de linguagem privada (e.g., Wittgenstein, 1953/1986, 1980/2008, 1982/2014). Uma primeira crítica apresentada pelo filósofo é de que: “todos os fatos que interessam encontram-se expostos diante de nós” (Wittgenstein, 1958/1965, p. 29). Para o filósofo, nada que, supostamente, ocorre no interior do indivíduo poderia vir a ocupar um lugar de importância na compreensão e explicação do funcionamento da linguagem, incluindo a linguagem psicológica (Wittgenstein, 1980/2008).

Nesse sentido, Wittgenstein (1953/1986) defende, em sua concepção de linguagem, que a explicação para o funcionamento da linguagem não estaria em uma linguagem privada

ou ação privada que acompanhe a linguagem ou ação pública. Quando aprendemos as palavras da linguagem psicológica não aprendemos porque adivinhamos os processos internos diante dos quais a palavra é usada (Wittgenstein, 1980/2008), pois o aprendizado da significação de toda a linguagem é necessariamente social.

Assim, se a explicação para o funcionamento da linguagem psicológica dependesse de sua privacidade, não haveria linguagem, já que não é possível alguém construir uma significação sozinho. Para Wittgenstein (1953/1986), não é possível aprender, no sentido de ‘ser levado a poder fazer’, privadamente; a aprendizagem é necessariamente social, o indivíduo não pode inferir suas palavras de seus fenômenos psicológicos.

Supondo que essa autossignificação pudesse ocorrer, Wittgenstein (1980/2008) se pergunta pela finalidade de uma linguagem privada, já que ela independe do contexto em que está sendo usada, justamente por referir-se a algo interno. Para o filósofo, não haveria nenhuma finalidade, porque uma linguagem não pode ser baseada em significações próprias do indivíduo, que ele mesmo havia formulado, recorrendo ao que ocorreria dentro dele. Caso fosse assim, o indivíduo não conseguiria se fazer entender por ninguém (Wittgenstein, 1982/2014).

Sendo a linguagem privada uma linguagem isolada e, portanto, independente de seu contexto, Wittgenstein (1953/1986) também passa a questionar como seria o seu funcionamento. Toda a linguagem tem seu funcionamento regulado por acordos públicos, isso é, tem caráter social. Mas e no caso da linguagem privada? O argumento crítico de Wittgenstein (1953/1986) consiste em mostrar que a noção de linguagem privada implica em uma linguagem com um funcionamento impossível de ser comunicado a, ou partilhado com, outras pessoas. Isso se torna mais evidente quando se tenta investigar os critérios ou acordos adotados em uma linguagem psicológica que, supostamente, designa “coisas privadas”: o que distingue “privadamente” angústia de ansiedade, ou medo de receio, que permitiria saber

perfeitamente que se trata de um ou outro ao designá-los? E ainda, o que há de “privadamente” comum em diferentes “dores”, que autorizaria o uso da mesma palavra para designá-las como tal? Há a necessidade de existir critérios públicos de correção da linguagem. “Ele (o indivíduo) não poderia invocar as suas *sensações* como prova da sua informação [sobre o que sente]. Elas não lhe ensinam isso” (Wittgenstein, 1982/2014, p.58). Não importa se o indivíduo diz que sabe de algo no seu interior, a “comprovação” desse saber é sempre pública (Wittgenstein, 1953/1986). Nesse sentido, não há como uma linguagem privada ter caráter funcional, isso é, ter seu significado no uso em um contexto, já que está isolada ao indivíduo. Assim, por consequência, ela seria incompreensível a todos.

No que diz respeito ao ensino da significação, Wittgenstein (1980/2008) questiona a lógica de ligar palavras a objetos aplicada no ensino dessa linguagem psicológica privada. De acordo com o autor, a linguagem psicológica não funciona nesses termos. As expressões psicológicas não têm referentes internos, acessíveis por uma espécie de auto-observação, os quais o indivíduo retoma ou descreve ao falar de como sente. Como no exemplo da expressão “eu não estou triste”, essa frase deveria referir-se ao que? Sua construção implica na *não* existência do objeto. A solução seria haver um objeto tristeza e um objeto não tristeza para o indivíduo se referir ao falar? Segundo o filósofo esse tipo de explicação não faz sentido.

Para Wittgenstein, como consequência de adotar o modelo objeto-designação para a explicação do funcionamento da linguagem psicológica surge a discussão a respeito da localização e posse do objeto ao qual a linguagem se referiria. Afinal, é preciso ter o objeto e saber onde ele está para poder utilizá-lo como referente (Wittgenstein, 1958/1965).

No que diz tange à necessidade da localização do objeto de referência, Wittgenstein argumenta que isso não importa em uma linguagem psicológica. Problemas sobre a localização só surgem na medida em que se faz uma distinção entre a linguagem pública e privada; quando há a divisão da existência do indivíduo entre uma parte pública e acessível e

outra parte privada e inacessível. Ao seguir essa distinção, qualquer tentativa de explicar a linguagem psicológica implicaria em aplicar a mesma lógica de funcionamento tanto para o mundo público quanto para o mundo privado. Isso culmina, muitas vezes, em explicações misteriosas para a localização desse objeto privado (Wittgenstein, 1953/1986). Wittgenstein pontua que a busca por uma localização é um equívoco gramatical, essa confusão não existiria caso o indivíduo falasse de como aprendeu, pois o aprendizado não envolve elementos espirituais ou misteriosos, mas sociais e públicos.

Nessa perspectiva, a proposta de Wittgenstein (1953/1986) é retomar o caráter contextual da linguagem psicológica, valendo-se do argumento de que não é possível adivinhar o significado e o funcionamento de uma palavra, visto que o seu significado está no uso. A partir disto, não faz diferença o que ocorre dentro do sujeito quando ele diz que sente algo, deve-se olhar para como o sujeito se comporta. Mesmo que fosse possível ouvir e ver tudo o que se passa dentro do indivíduo, apontando precisamente a localização do seu sentimento, não seria possível entender o significado do que ele diz. O importante não é a oposição entre interior e exterior, mas, sim, a análise do uso da linguagem em um contexto (Wittgenstein, 1982/2014).

No que se refere à necessidade da posse do objeto, Wittgenstein (1953/1986) argumenta que essa é mais uma consequência da adoção de um modelo de ensino da linguagem que se resume a ligar palavras a objetos. Assim, a linguagem passa necessariamente a tratar de, ou se referir a, objetos. No caso da linguagem psicológica privada, se o indivíduo fala dos *seus* sentimentos, a lógica que subjaz é a de posse desses objetos ou eventos psicológicos dos quais ele fala (já que eles não são visíveis). Wittgenstein (1953/1986) diz que, assim como falar de localização não tem sentido, falar de posse também não tem. O fenômeno psicológico não pertence ao próprio sujeito e nem ao outro. Não há necessidade de possuir o fenômeno psicológico para ele existir. Ou seja, tanto o problema da

posse quanto o da localização partem de um equívoco anterior: adotar na linguagem a busca por um objeto interno ao qual o indivíduo deve se referir quando fala sobre fenômenos psicológicos.

Apesar dessa postura de rejeição da privacidade na linguagem, é importante pontuar que a crítica de Wittgenstein (1982/2014) direciona-se à concepção de uma privacidade *a priori* ou uma privacidade por essência. Sendo assim, o autor critica a noção de uma linguagem que não pode, por natureza, ser compartilhada com outras pessoas, porque é privada. Portanto, o problema da linguagem privada não está em ser uma linguagem de um único participante, afinal, ninguém nega a possibilidade de falarmos com nós mesmos, de um monólogo ou de um solilóquio.

A única exigência é de que os acordos dessa nova linguagem possam ser, em algum momento, publicamente explicitados, distinguindo o que é permitido e o que é proibido naquele contexto. Por exemplo, uma pessoa pode “falar para si mesma” ou pensar que vai “apagar a lousa com o camelo”. Em um primeiro momento, esse pensamento pode parecer estranho e incompreensível a uma outra pessoa. Contudo, o indivíduo pode explicar que utiliza a palavra “camelo” como substituto da palavra “apagador” devido à semelhança do feltro do apagador com o pelo do animal. O outro pode, então, entender o significado e, portanto, o uso dessa linguagem peculiar, bem como as regras que regem esse uso, podendo, inclusive, corrigir caso o indivíduo as ultrapasse. Dessa forma, o importante na concepção de linguagem de Wittgenstein é que a linguagem usada e seus acordos sejam compartilháveis e não necessariamente compartilhadas a todo momento. Essa característica de ser compartilhável é impossível em uma linguagem privada, justamente por conta da privacidade inerente a sua concepção.

Sendo assim, a concepção de uma linguagem privada rompe com as características fundamentais de uma linguagem. Não é contextual, já que é circunscrita somente ao

indivíduo. Não é funcional, porque não há formas de entendermos o seu uso e, conseqüentemente, o seu significado. Por fim, não é social, uma vez que é criada pelo indivíduo para o seu próprio uso, não se constituindo como uma prática cultural. Sendo assim, Wittgenstein (1980/2008) conclui que uma linguagem privada não pode sequer ser considerada uma linguagem. Ela é uma “linguagem” impossível de existir.

A proposta de Wittgenstein é abandonar a linguagem psicológica que tem como base a “coisificação” de fenômenos psicológicos, como é o caso da linguagem privada, já que ao tratar de coisas privadas essa “linguagem” torna-se uma linguagem impossível. Ao invés disso, o autor defende a adoção de um modelo de linguagem psicológica que funcionaria em outras bases, por definição: contextual, funcional e social. Ao fazer isso desconstrói-se a interioridade inerente à privacidade, desfaz-se confusões e elimina-se o mistério que cerca a linguagem psicológica.

Contudo, Wittgenstein continua argumentando que não é esse o movimento adotado pela psicologia tradicional e ainda nos mostra outros problemas decorrentes dessa coisificação da linguagem que trata da subjetividade. O segundo problema do qual iremos tratar é o da confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem.

#### 4.2 CONFUSÃO ENTRE DIFERENTES TIPOS DE JOGOS DE LINGUAGEM

Como forma de analisar a linguagem, Wittgenstein apresenta o conceito de jogos de linguagem, sendo estes “o conjunto da linguagem e as atividades com as quais está interligada” (Wittgenstein, 1953/1986, p.5). A definição ampla e imprecisa do conceito é proposital, justamente para enfatizar o caráter não rígido da linguagem. Uma vez que, para o autor, os limites da linguagem não estão dados *a priori* e tampouco são universais, eles são construídos nos próprios jogos de linguagem (Wittgenstein, 1953/1986).

Wittgenstein (1953/1986) defende que o ensino da linguagem ocorre nesses jogos: a linguagem é aprendida e ensinada na interação com outras pessoas, em uma “partida”. Nessa interação é que se dá a correção da linguagem por parte dos jogadores e acordos públicos são estabelecidos sobre quais os limites e qual o funcionamento daquele jogo. Esses acordos tomam a forma de regras que, segundo Wittgenstein, são elemento fundamental na constituição dos jogos de linguagem, já que são elas os indicadores que dão direção ao jogo e auxiliam no seu ensino (Wittgenstein, 1953/1986).

Todos os jogos de linguagem possuem um objetivo ou uma finalidade que orienta o seu funcionamento, o que não deveria conduzir a uma investigação da função ou finalidade da linguagem como um todo (independente do contexto). Há possibilidades infinitas de objetivos para os jogos de linguagem, dando origem, conseqüentemente, a infinitas possibilidades de jogos. Entretanto, existem similaridades entre diferentes jogos e estes se unem pelo que Wittgenstein (1953/1986) denomina de “ar de família”, isto é, são agrupados por possuírem semelhanças entre si. Porém, essa familiaridade que une os jogos também não deve levar a busca por algo comum ou essencial em todos os jogos de linguagem.

A despeito da impossibilidade de uma classificação absoluta dos diferentes tipos de jogos, Wittgenstein (1953/1986) opera uma distinção entre dois tipos de jogos, que permite compreender os problemas da linguagem psicológica tradicional: os jogos das descrições e os jogos das exibições<sup>4</sup>.

O jogo das descrições segue o modelo “objeto-designação” e tem a função tanto de nomear “coisas” quanto de criar conceitos. No primeiro caso, as palavras designam objetos particulares (“este é o meu copo”, “esta é a minha garrafa”, “eles estão na minha casa”); no segundo caso, elas descrevem classes que permitem o agrupamento de objetos que

---

<sup>4</sup> A distinção entre esses dois tipos de jogos não deve ser entendida nem como absoluta, nem como exaustiva. Isso quer dizer que podem existir jogos “mistos”, que combinam exibições e descrições, bem como outros tipos de jogos além desses. No entanto, seguindo a estratégia de Wittgenstein, os dois tipos de jogos serão apresentados por contraste, enfatizando suas diferenças, como um modo de explicitar os problemas da linguagem psicológica tradicional.

compartilham características específicas (“isto é um copo”, “isto é uma garrafa”, “isto é uma casa”). A descrição ou designação funciona por meio da aplicação de um critério previamente especificado, que permite usar a palavra para descrever ou nomear o(s) objeto(s) designado(s). A única exigência aqui é a possibilidade de verificação “pública” da aplicação do critério, avaliando se a designação está correta ou não. Por exemplo, diante de múltiplos exemplares de meios de transporte, o indivíduo pode ser ensinado a nomear aqueles que andam sobre trilhos, como “trens”. Essa designação pode ser ensinada tanto explicitamente, por meio de uma regra que especifica o critério (ou o conceito) “todos os meios de transporte que andam sobre trilhos são trens”, quanto mais implicitamente, apontando para diferentes meios de transporte indicando quais são trens e quais não são, ou respondendo à pergunta do aprendiz “Isto é um trem?”, de acordo com o critério especificado. A acessibilidade ao objeto que está sendo designado é fundamental nos jogos das descrições, na medida em que é dela que depende a correção e o estabelecimento do “conceito” que está sendo ensinado.

Já os jogos das exibições não envolvem a nomeação ou conceituação de um objeto, mas, sim, expressões (ou exibições) por parte do indivíduo. Essas exibições não possuem forma fixa, podendo ser vocais, gestuais ou quaisquer outros comportamentos. Como explica Wittgenstein (1953/1986), com exceção das exibições primitivas/naturais que são inatas à espécie humana, é necessário aprender socialmente essas exibições, assim como toda a linguagem. No caso das exibições de dor, uma das possibilidades para esse aprendizado poderia ser:

palavras são conectadas com expressões primitivas, naturais, de sensações e usadas em seu lugar. Uma criança se machuca e chora; e, então, adultos falam com ela e ensinam a ela exclamações e, depois, sentenças. Eles ensinam a criança um novo comportamento-dor [pain-behaviour] (Wittgenstein, 1953/1986, p. 89).

Assim, as palavras e expressões dos jogos das exposições não são descrições de “coisas” privadas denominadas sensações ou sentimentos; tampouco são descrições de comportamentos observáveis; elas não são nenhum tipo de descrição. Os jogos das exposições tratam de comportamento, de expressões do sentir, não há objeto psicológico para ser descrito. Nesse sentido, “xingar alguém de tanta raiva” não é um caso em que a pessoa sente a raiva e, por isso, xinga alguém. Para Wittgenstein, xingar é uma forma verbal de raiva. Assim, o conjunto de ações do indivíduo, a forma que elas assumem, o contexto em que estão, a frequência em que ocorrem é que vai dizer aos outros como aquela pessoa sente. Voltando ao exemplo, a raiva aparece no tom de voz, nas palavras utilizadas para xingar, no contexto em que essas sentenças foram proferidas, na expressão facial do sujeito; a raiva *é* esse conjunto de ações do indivíduo e não algum objeto interno que seria a causa de todas essas ações.

Dessa forma, para Wittgenstein é observando como o indivíduo se comporta que se torna possível falar como ele sente. Consequentemente, a questão da acessibilidade não se coloca nos jogos de exposições, uma vez que eles não têm a função de descrever, nomear ou designar algo, não há a necessidade de um objeto para se referir, as regras aplicadas a esse jogo são outras: as das exposições.

A fim de explicar as consequências das confusões entre esses diferentes tipos de jogos, Wittgenstein (1953/1986) apresenta a metáfora do besouro na caixa:

Ora, alguém me diz que ele sabe, apenas a partir de seu próprio caso, o que sejam dores! – Suponhamos que cada um tivesse uma caixa com algo dentro: nós o chamamos de “besouro”. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que sabe o que é um besouro por olhar seu besouro. – Poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa. Poderíamos até imaginar que tal coisa se modificasse continuamente. – Mas e se a palavra ‘besouro’ tivesse um uso na linguagem destas pessoas? – Neste caso, não seria o da designação de uma coisa. A coisa na caixa não

pertence, de nenhum modo, ao jogo de linguagem nem mesmo como um algo: pois a caixa poderia também estar vazia. – Não, por meio desta coisa na caixa, pode-se ‘abreviar’; seja o que for, é suprimido. Isto significa: quando se constrói a gramática da expressão da sensação segundo o modelo de ‘objeto e designação’, então o objeto cai fora de consideração, como irrelevante (p. 100).

Com essa metáfora, Wittgenstein (1953/1986) chama a atenção para a confusão geralmente feita na linguagem psicológica tradicional entre os jogos das descrições e os jogos das exhibições. Isto é, na psicologia tradicional, a linguagem psicológica é construída com base no funcionamento dos jogos das descrições, quando seu funcionamento obedece, originalmente, às regras dos jogos das exhibições.

Para Wittgenstein (1953/1986), tratar a linguagem psicológica em termos de designação ou descrição não leva a nada e não ajuda a compreender o seu funcionamento. Na verdade, quando a linguagem psicológica é considerada pela lógica dos jogos das descrições, ela torna-se misteriosa e confusa. Nas palavras do autor: “Não ponha o fenômeno na gaveta errada. *Nela* o fenômeno tem um ar fantasmagórico, intangível, desconcertante” (Wittgenstein, 1980/2008, p. 98). Na medida em que se atribui à linguagem psicológica um funcionamento descritivo, o indivíduo quase que, literalmente, descreveria um fantasma, já que ele descreve algo que não existe, ou que foi criado apenas para sustentar uma concepção equivocada de linguagem psicológica.

Ao analisar a linguagem psicológica por meio dos jogos das descrições, aplica-se a ela a mesma lógica que se utiliza para descrever objetos físicos, com a diferença de que, nesse caso, apenas o próprio indivíduo poderia descrever o que está acontecendo observando seu objeto interno e utilizando-o como referência. Assim, haveria a necessidade de existir na linguagem psicológica um objeto, dessa vez interno e inacessível, ao qual o indivíduo faria referência. Entretanto, para Wittgenstein (1953/1986), os fenômenos psicológicos não são

objetos internos que possam ser descritos e utilizados como referência. Por isso, o vocabulário do indivíduo a respeito de seus fenômenos psicológicos não tem como base a observação de um objeto (nesse caso interno) como ocorre nos jogos das descrições, não há forma de descobrir o significado da linguagem psicológica apontando para um “objeto psicológico”. Como apontar para o sonhar? Ou para euforia? Ou apreensão? Não há objeto psicológico para ser apontado e descrito, portanto, não há comparabilidade entre o funcionamento dos jogos das descrições (apontar e descrever uma cadeira e mesa, por exemplo) com o das exibições (exibir raiva), uma vez que se trata de jogos diferentes, regulados por regras distintas.

Seguindo esse argumento, Wittgenstein defende que a linguagem psicológica opera, majoritariamente, por meio das regras dos jogos das exibições. Não há a separação do sentir em dois elementos: o que é sentido e sua manifestação. O sentir é uma unidade, ele é exibição. Essa exibição pode tomar múltiplas formas, assim, os fenômenos psicológicos podem tanto se exibir verbalmente como no caso de elogios e xingamentos, quanto não verbalmente, como no caso de gestos, caretas e gemidos. Em ambos os casos, tais exibições não seriam uma descrição da representação interna acessada apenas pelo indivíduo: “Um grito não é a descrição de um estado mental, embora um estado mental possa ser inferido dele” (Wittgenstein, 1980/2008, p. 395). Isto é, se pode saber como o outro sente observando o seu comportamento, porque o comportamento não se apresenta como sintoma de algo interior. O sentir é comportamento.

Wittgenstein (1980/2008) pontua, entretanto, que a linguagem psicológica também inclui jogos descritivos, uma vez que o indivíduo pode descrever ou falar sobre suas próprias exibições, como se comportou e isso ainda se caracteriza como uma linguagem que trata de temas psicológicos ou subjetivos. O ponto de Wittgenstein é que essa descrição em momento nenhum envolveria um objeto interno que existiria como um elo entre o fenômeno psicológico e a linguagem, mas seria a descrição do próprio comportamento do indivíduo,

como em “ontem eu estava inquieta, andando de um lado para o outro, não conseguia ler por muito tempo o texto, estava ansiosa”. Esse tipo de sentença não descreve um objeto interno ao indivíduo, somente descreve um conjunto de comportamentos que o indivíduo aprendeu com outras pessoas a categorizar como “ansiosos”. Para Wittgenstein, essa é uma forma descritiva completamente possível de ocorrer na linguagem psicológica sem recair em uma linguagem de objetos internos ou privados.

Todavia, a temporalidade tem relevância quando os jogos descritivos são inseridos na linguagem psicológica. O indivíduo não pode descrever o seu comportamento enquanto ele ocorre, esse é um jogo impossível. No momento em que o “comportamento psicológico” ocorre, o indivíduo somente o está exibindo. Apenas comportamentos passados, sejam eles recentes ou não, é que podem ser descritos pelo próprio indivíduo. Portanto, a descrição, por parte do próprio indivíduo, sobre suas exhibições, pode ocorrer na linguagem psicológica, mas ela diz respeito aos comportamentos passados. No presente, o indivíduo está no papel de sentir e não pode ocupar o papel de agente e observador do comportamento ao mesmo tempo.

Com essa inclusão das descrições no escopo da linguagem psicológica, torna-se necessário fazer uma distinção entre a exibição que toma forma verbal e a descrição, uma vez que se apresentam como dois elementos com funções diferentes na obra wittgensteiniana e irreduzíveis um ao outro. De acordo com Wittgenstein (1980/2008), uma das formas que as exhibições podem tomar é a de sentenças, palavras, conjuntos complexos de frases, por exemplo. Contudo, essa possibilidade não implica na concepção de que esses enunciados verbais estariam descrevendo algo. Por outro lado, Wittgenstein aceita no escopo da linguagem psicológica os enunciados verbais do indivíduo que são descritivos do seu próprio comportamento passado. Assim, não há forma de reduzir o sentir ou os fenômenos psicológicos à descrição, não há forma do indivíduo sentir de maneira descritiva, a partir do momento em que se retira a exibição do sentir, o sentir deixa de existir. Portanto, a descrição

faz parte do escopo do que Wittgenstein entende como linguagem psicológica, mas não pode ser entendida ou usada como sinônimo dos fenômenos psicológicos, estes últimos são sempre exibição.

Uma das implicações de conceber a linguagem dos sentimentos como um jogo das exibições é de que a pessoa nunca poderia errar ou ter dúvidas sobre estar sentindo ou não. Isso se dá porque o sujeito não está interpretando ou explicando o que sente, está simplesmente exibindo. O sentir é seu comportamento ou sua exibição, não há espaço para a interpretação do próprio sujeito sobre se sente ou não, essa não é uma regra que cabe nos jogos das exibições. Voltando ao exemplo da raiva, se a pessoa grita, está com a respiração acelerada, quebra coisas enquanto profere xingamentos e então diz “não sei se estou com raiva” ou ainda “*acho* que estou com raiva”, esses enunciados não fariam sentido. A exibição ocorre ou não ocorre, é ou não é. Não há espaço para a dúvida. Somente descrições são abertas à interpretação, já que seria possível analisar e falar sobre um local, um objeto e até mesmo outro indivíduo e suas exibições. Pode haver dúvidas e interpretações sobre se o local é limpo ou não, se o objeto está ou não pronto para o uso, se o outro indivíduo está calmo ou não, esses são enunciados que fazem sentido.

Esse movimento argumentativo de Wittgenstein elimina a concepção de fenômenos psicológicos como objetos e passa a defender que eles não estão separados da sua expressão. Consequentemente, não é possível observar a si mesmo, os próprios fenômenos psicológicos, da mesma forma que é possível observar objetos externos. Não há separação entre sujeito e objeto da observação; no caso da linguagem psicológica, *não há objeto* interno para ser observado pelo próprio indivíduo (Wittgenstein, 1982/2014).

A defesa de que o funcionamento da linguagem psicológica e, mais especificamente as exibições, se dá por regras distintas das que tradicionalmente são utilizadas para sua explicação, não implica afirmar que essa linguagem transgride as regras comuns a toda

linguagem: ela ainda é explicada por Wittgenstein por meio de um jogo de linguagem, apenas não as de um suposto jogo descritivo de objetos internos. Desse modo, o autor mantém a defesa de que, assim como ocorre em toda linguagem, o significado da linguagem psicológica é ensinado de modo contextual, social e funcional (Wittgenstein, 1980/2008).

Seguindo essa defesa, o vocabulário que compõe a linguagem psicológica também é ensinado em determinadas circunstâncias. O contexto também é a pedra de toque da linguagem psicológica proposta por Wittgenstein (1982/2014), recorre-se a ele para ensinar a linguagem psicológica assim como recorre-se a ele para compreender o sentir. Com isso, Wittgenstein fecha as portas para explicações misteriosas no que diz respeito ao funcionamento da linguagem psicológica, pontuando que não há necessidade de adivinhações sobre o que o indivíduo “quer dizer”, basta observar em que circunstâncias é ensinada e usada essa linguagem (Wittgenstein, 1982/2014).

Em suma, Wittgenstein adota uma postura crítica à noção de fenômenos psicológicos como objetos e passa a defender que, ao invés de objetos psicológicos, temos comportamento ou expressão e seria isso que interessa para compreendermos a linguagem psicológica. Contudo, esse comportamento não assume o papel de causa do fenômeno psicológico, mas *é* o fenômeno psicológico. É olhando para o indivíduo que se comporta de determinada maneira, em determinados contextos, que podemos falar como ele sente, já que palavras e comportamentos são os fenômenos psicológicos (Wittgenstein, 1980/2008). A defesa de Wittgenstein é de que, se a linguagem psicológica é expressão, então, é com isso que a psicologia deveria lidar: com o comportamento humano e não com descrições de objetos internos mediadores (Wittgenstein, 1980/2008).

#### 4.3 CONFUSÃO ENTRE DISCURSOS PSICOLÓGICOS EM PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA

Como desdobramento da confusão entre diferentes jogos de linguagem no tratamento da linguagem psicológica, há, também, de acordo com Wittgenstein (1982/2014), uma confusão entre os discursos psicológicos em primeira e em terceira pessoa.

Tradicionalmente, o argumento é de que o discurso psicológico em primeira pessoa seria uma *descrição* absolutamente verdadeira de uma interioridade acessada apenas pelo próprio falante, de modo que, nunca seria possível outra pessoa questionar o relato em primeira pessoa “de fora”, pois aquele que sente é uma autoridade inquestionável na descrição de seus fenômenos psicológicos. Nesse cenário, os discursos psicológicos em terceira pessoa, os discursos do outro, nunca poderiam tratar verdadeiramente de como o indivíduo sente, já que quem observa jamais teria acesso ao objeto interno o qual o próprio indivíduo descreve. O outro apenas teria acesso aos comportamentos do indivíduo e poderia observá-los e descrevê-los. Entretanto, como visto, tradicionalmente os fenômenos psicológicos não são identificados com os comportamentos dos indivíduos, ficando interdita a possibilidade de os discursos psicológicos em terceira pessoa tratarem realmente de como alguém sente.

Wittgenstein (1982/2014) argumenta que, na linguagem psicológica os discursos em primeira e em terceira pessoa não funcionam dessa maneira. Como o próprio indivíduo não se relaciona com seus fenômenos psicológicos via jogos descritivos, ele não pode observar e descrever seus próprios fenômenos psicológicos no momento em que ocorrem, ele apenas os exhibe. Para além disso, o abandono da concepção de linguagem psicológica que segue regras descritivas traz como consequência a noção de fenômenos psicológicos como comportamentos ou exhibições. Portanto, não haveria objeto interno acessível somente ao falante que lhe conferiria a exclusividade para falar sobre como sente; o sentir é expressão, é comportamento.

Seguindo essa argumentação, os discursos psicológicos em terceira pessoa ganham outro papel. Tradicionalmente, esses discursos não poderiam tratar sobre como o indivíduo sente, já que quem observa só tem acesso aos comportamentos dos indivíduos. Contudo, para Wittgenstein, é justamente por ter acesso aos comportamentos que os discursos psicológicos em terceira pessoa podem descrever fenômenos psicológicos de terceiros no momento em que estão ocorrendo. Assim, somente o outro é quem pode observar e descrever os comportamentos, ao passo que o próprio indivíduo, naquele momento, é quem se comporta. Assim, não há como existir a distinção entre objeto da observação (nesse caso, o comportamento que diz respeito aos fenômenos psicológicos) e quem observa quando se trata do próprio indivíduo. Quando falamos do outro, isso é completamente possível, já que ele observa o comportamento do indivíduo e o pode descrever (Wittgenstein, 1980/2008).

É possível observar e descrever alguém que está chorando, dizendo que ele está triste; no entanto, quando alguém chora e, de forma simultânea ao choro, fala “estou triste”, ele não estaria descrevendo algo. Tanto chorar quanto a frase “estou triste” são exhibições que, nesse caso, tomaram duas formas distintas. É problemático, para Wittgenstein (1953/1986), concluir que o indivíduo ao falar que está triste está se auto-observando e descrevendo algo que se passa em seu interior quando diz: ele não está descrevendo nada, mas, sim, exibindo um estado psicológico. Nesse sentido, tanto o chorar quanto a frase “estou triste” é estar triste; são duas formas de exibir tristeza. Nesses casos, não há como o indivíduo duvidar que é ele quem está chorando ou que é ele quem está triste. Isso significa que os discursos psicológicos em primeira pessoa não abrem margem para interpretação. A noção de interpretação só faz sentido em uma lógica que permite colocar em dúvida a veracidade do que está sendo dito, como ocorre nos jogos descritivos. Por exemplo, é possível olhar para alguém, observar o seu comportamento em um contexto e interpretar “acho que ele está calmo” e colocar em dúvida essa asserção feita sobre outro. Entretanto, a interpretação não cabe em um jogo das

exibições, que é o jogo dos discursos psicológicos em primeira pessoa; aqui não há interpretação envolvida, a exibição ocorre ou não ocorre. Por exemplo, não há como alguém *achar* que está com dor. Se o indivíduo grita, chora, reclama, procura um médico e, logo em seguida, afirma “*acho* que estou com dor”, esse enunciado não faz sentido. Portanto, há como “desconfiar” das *informações* e descrições dadas por alguém sobre *o que* sente, uma vez que as regras do jogo psicológico de quem sente não envolvem informar, descrever e explicar, mas, sim, *exibir*. No entanto, não pode haver dúvidas do próprio indivíduo sobre sua exibição, já que não é uma situação em que cabe interpretação do indivíduo sobre sua veracidade (Wittgenstein, 1982/2014).

Sendo assim, Wittgenstein (1982/2014) pontua que “as minhas palavras e as minhas ações interessam-me de modo completamente diferente do que aos outros. Não me relaciono com elas como observador. As minhas palavras são paralelas as minhas ações, as dele as dele” (p. 260). O argumento de Wittgenstein é de que a relação que os discursos psicológicos, os em primeira e os em terceira pessoa, têm nos jogos é completamente distinta. Quando se fala do próprio indivíduo, o jogo jogado, no tempo presente, não é o de observar e descrever um objeto psicológico interno, mas é o jogo das exhibições. Já quando se refere ao tempo passado, o jogo seguido por ele é das descrições dos seus comportamentos que já ocorreram. Quando se fala do outro, de quem observa, o jogo é sempre o das descrições, o jogo lida com informações e interpretações das exhibições de um indivíduo. Entretanto, Wittgenstein pontua que esse comportamento descrito por quem observa deve ser entendida como sendo o fenômeno psicológico e não como um sintoma de algo anterior, como se o comportamento não fosse exatamente de interesse psicológico. Para Wittgenstein, o comportamento *é* o sentir, *é* o próprio fenômeno psicológico.

Assim, a assimetria apresentada por Wittgenstein entre os discursos psicológicos em primeira e terceira pessoas conclui o oposto de concepções tradicionalmente adotadas na

psicologia. Em uma psicologia tradicional, o próprio indivíduo é quem estaria na melhor posição para descrever-se. Ninguém poderia conhecê-lo e falar sobre ele de forma tão acurada quando ele próprio. Assim, a frase “só eu sei o que *realmente* sinto” seria completamente verdadeira. Invertendo essa lógica, Wittgenstein argumenta que é justamente o outro que está em melhores condições para descrever quem é observado, mais até do que o próprio indivíduo. Justamente por ter em seu jogo a possibilidade de observar, descrever e interpretar as exhibições do outro, havendo um distanciamento entre quem observa e o objeto observado. Ao passo que o próprio indivíduo não tem essa possibilidade, seus fenômenos psicológicos *são* o seu comportamento. Não há como distanciar-se deles no momento em que estão ocorrendo, já que o indivíduo não é capaz de ser o alvo da observação e quem observa ao mesmo tempo.

#### 4.4 SEPARAÇÃO ENTRE LINGUAGEM PSICOLÓGICA E CONTEXTO

De acordo com Wittgenstein, para uma linguagem psicológica com sentido, pouco importa o que ocorre fisicamente no corpo da pessoa (ou em sua mente). Recorrer à mente ou à fisiologia seria inútil para explicar o funcionamento dessa linguagem. Tampouco Wittgenstein concorda com a concepção de que a linguagem psicológica é composta de eventos ou objetos. Imaginar, sonhar, ter esperança, por exemplo, não são objetos, não é algo que o sujeito possui consigo, mas, sim, algo que vive (Wittgenstein, 1980/2008).

Essa postura adotada pelo filósofo parece exigir, em um primeiro momento, que a psicologia abandone seu campo de estudo (sensações, emoções, sentimentos, a subjetividade em geral) para se debruçar “apenas” nos comportamentos dos indivíduos. Contudo, Wittgenstein se afasta dessa crítica na medida em que compreende que os fenômenos psicológicos não estão separados dos comportamentos, eles *são* comportamento (Wittgenstein, 1980/2008). Logo, a psicologia, ao se propor a estudar “o” psicológico ou

subjetivo, deveria, justamente, lidar com o comportamento. Sentir é comportar-se; no caso desse comportamento ser verbal, sentir está nas palavras usadas, no tom de voz, na expressão facial. Assim, a proposta de Wittgenstein altera o argumento comumente adotado para a explicação do que é considerado psicológico, a pessoa não sorri *porque* está feliz, sorrir é estar feliz (Wittgenstein, 1980/2008).

Como consequência dessa adoção do comportamento como o centro da investigação da linguagem psicológica, Wittgenstein (1980/2008) estabelece que os critérios para avaliar ou compreender como alguém sente também devem ser comportamentais. Sendo assim, o uso da linguagem e, conseqüentemente, sua significação estão ligados a uma rede de ações humanas. O conjunto de comportamentos de alguém e suas características, em um contexto, são observados para compreender o que ele “quer dizer” ou como ele sente.

Quanto ao aprendizado dessa linguagem psicológica, Wittgenstein defende que assim como ocorre para toda a linguagem, o uso das palavras utilizadas para expressar-se psicologicamente é aprendido socialmente. O significado do sentir de alguém está intimamente ligado com o contexto no qual a pessoa está inserida, no jogo em que joga (Wittgenstein, 1980/2008). Sendo assim, é importante compreender como a pessoa foi ensinada a usar a linguagem ou comportar-se para entender o significado do que ela faz ou diz. Na linguagem psicológica, o que se ensina é quando, onde e como um indivíduo deve usar uma “expressão subjetiva”. Ensina-se o uso dos termos psicológicos em diferentes situações e os seus significados vão variar de acordo com os diferentes usos nos diferentes contextos. Ou seja, as exhibições ou comportamentos psicológicos só podem ser compreendidos apoiando-se no seu contexto público de ocorrência (Wittgenstein, 1980/2008). Por exemplo, o “sentir” de um brasileiro pode ser diferente do “sentir” de um japonês, porque seus jogos de exibição pertencem a contextos culturais muito distintos e, por isso, podem funcionar por regras distintas. Seria, portanto, possível, e até provável que, tratando-se de uma

pessoa que pertence a uma cultura muito distinta da sua, um observador se equivoque em seu julgamento sobre os “sentimentos” dessa pessoa; esse equívoco ocorre porque o comportamento (o que ela exhibe em determinado contexto) da outra pessoa não segue as mesmas regras que comandam os jogos de exibições da cultura do observador. É necessário compreender o contexto, os jogos e as regras, em que as exibições se encontram para que seja possível entender como o outro sente.

Assim, Wittgenstein (1980/2008) abandona a concepção de que os fenômenos psicológicos existem em si e passa a defender que eles somente existem no contexto de jogos de linguagem. As pessoas somente sentem e têm linguagem que aprendem em um jogo de linguagem, isto é, não podem usar conceitos que não estão presentes nos seus jogos e que, portanto, não lhes foram socialmente ensinados (Wittgenstein, 1982/2014).

Para o filósofo, para compreender a linguagem, a atenção deve estar voltada para “A descrição do uso de uma palavra. A palavra é pronunciada – em que contexto? Temos de encontrar, portanto, algo *característico* nestas ocorrências particulares, uma *espécie* de regularidade” (Wittgenstein, 1982/2014, p.240). É justamente por haver essas regularidades nos comportamentos dos indivíduos, nos usos que eles fazem de determinada palavra, que se torna possível uma previsão do comportamento futuro do indivíduo diante do mesmo contexto em que as regularidades foram observadas. Contudo, é importante pontuar que a existência de regularidade na linguagem não deve levar a uma busca de regras universais que possam ser descritas sobre como determinada palavra deve ser usada. O significado da linguagem é sempre contextual (Wittgenstein, 1982/2014).

Além disso, mesmo que o comportamento de uma pessoa seja muito regular, por vezes, é difícil apreender essa regularidade no caso de um indivíduo que tenha aprendido a se comportar em jogos de linguagem que funcionam por regras muito distintas das que estou inserido, já que isto implicaria em comportamentos muito divergentes dos meus

(Wittgenstein, 1982/2014). Porém, alguém se comportar de modo diferente do que foi previsto não significa que não houve compreensão do seu comportamento – o que seria a conclusão em uma linguagem com usos e significados fixos –, somente significa que há outras possibilidades de uso de palavras naquele contexto. Decorrente da defesa de Wittgenstein de que a linguagem psicológica deve ser analisada por meio de seu uso na linguagem cotidiana, é de se esperar que as palavras não tenham sentido único, as palavras possuem vários significados a depender da experiência que temos com elas (Wittgenstein, 1980/2008).

Sendo assim, se duas pessoas apresentam comportamentos aparentemente iguais em termos de forma, isso não deveria implicar na conclusão de que todos os indivíduos que se comportam dessa maneira signifiquem a linguagem psicológica da mesma forma ou que sintam do mesmo modo. Wittgenstein (1980/2008; 1982/2014) argumenta que a forma que o comportamento assume pode ser igual, mas com funções diferentes para cada indivíduo, a depender de como aquele comportamento foi ensinado no jogo de linguagem do qual a pessoa faz parte. “Se alguém aprendeu a usar as palavras ‘estou feliz’ da mesma maneira como uma outra pessoa aprendeu a usar as palavras ‘estou com medo’, nós aqui vamos tirar conclusões distintas de comportamentos iguais” (Wittgenstein, 1980/2008, pp. 41-42). Para Wittgenstein (1982/2014), os indivíduos agem em relação ao mundo de acordo com o que foram ensinados em seus jogos de linguagem. Se acreditam que vai chover porque veem o céu, comportam-se de forma x, mas, se acreditam que não vai chover comportam-se de forma y. Essas formas de se comportar dependem de como foram ensinados a agir dentro das regras que dirigem o jogo de linguagem que estão inseridos. Nesse sentido, a defesa de Wittgenstein (1982/2014) é a de que para uma pessoa ser capaz de julgar qual o significado da linguagem psicológica de outra, deve conhecer a pessoa, assim como o seu contexto e o(s) jogo(s) nos quais ela está inserida.

## 5 CAPÍTULO 2 – SKINNER E A LINGUAGEM DOS SENTIMENTOS

Skinner é comumente apresentado em manuais de psicologia como expoente da tradição comportamentalista, cujo objetivo é fazer da psicologia uma ciência do comportamento, calcada em princípios e leis estabelecidas em bases experimentais sólidas (e.g., Schultz & Schultz, 2008). Em sua extensa obra, Skinner analisou e discutiu diversos temas relativos a fenômenos psicológicos, interpretados com base em princípios comportamentais como os de condicionamento respondente, condicionamento operante, controle de estímulos. É de acordo com esses princípios que o autor encaminha uma proposta de compreensão para a linguagem, entendida como “comportamento verbal”<sup>5</sup>. Tal proposta foi sistematizada e apresentada detalhadamente no livro *Verbal Behavior*, publicado em 1957, embora algumas discussões sobre o assunto já figurassem em trabalhos anteriores (e.g., Skinner, 1945, 1953/1965).

Na concepção skinneriana, comportamento verbal é um comportamento operante com topografia variável (vocal, escrita ou gestual), de natureza e origem sociais. Isso porque; “o comportamento verbal sempre envolve reforçamento social e deriva suas propriedades características desse fato” (Skinner, 1953/1965, p. 327); ou seja, é por meio do reforçamento social que as diferentes topografias de respostas verbais (ou um misto delas) são ensinadas e mantidas. Sendo assim, o comportamento verbal modifica o ambiente por meio de outra pessoa, que foi treinada para tal, de forma mediada e indireta (Skinner, 1957/1992).

Sumarizando essas características, Abib (1994) apresenta a definição de comportamento verbal como: “comportamento de falantes individuais, que é modelado e

---

<sup>5</sup> É importante pontuar que os conceitos “linguagem” e “comportamento verbal” não são intercambiáveis na obra de Skinner. Abib (1994) pontua que no comportamentalismo skinneriano o conceito de linguagem diz respeito a práticas da comunidade, enquanto o conceito de comportamento verbal trata do comportamento de indivíduos dessa comunidade. Todavia, há uma estreita ligação entre os conceitos, uma vez que “o comportamento verbal é um fenômeno dependente do contexto da linguagem” (Abib, 1994, p. 477).

mantido por consequências mediadas por ouvintes ou por representantes da comunidade verbal, conforme as práticas de reforçamento dessa comunidade” (p. 476). Entender que o comportamento verbal é mediado pelas consequências fornecidas pela comunidade verbal implica na compreensão de que a forma como a resposta se apresenta está diretamente relacionada a práticas verbais da comunidade em que o indivíduo está inserido. Assim, em princípio, o comportamento verbal não se explica por algo no interior do indivíduo ou mesmo por algo que já estava no mundo a espera de ser descoberto, como é usualmente feito em teorias tradicionais da linguagem (Abib, 1994; Skinner, 1957/1992).

A crítica de Skinner (1957/1992) a essas teorias tradicionais da linguagem fica explícita por meio de sua oposição à teoria do significado como expressão de ideias. Para essa teoria, “palavras significam coisas indiretamente por meio de ideias” (Abib, 1994, p. 479). Assim, a explicação de qualquer comportamento verbal deveria ser atribuída a eventos que estão “dentro” do falante e o significado do discurso seria, então, explicado pela expressão desses eventos internos - as ideias - (Abib, 1994; Skinner, 1957/1992). Aqui, parece haver uma separação entre ideias e realidade, decorrente da dicotomia mente e corpo, sendo que o significado estaria dentro do falante e seria uma cópia do mundo.

De uma perspectiva skinneriana, há dificuldades em levar adiante esse raciocínio, já que as ideias das quais as palavras, supostamente, “derivam” não podem ser observadas por elas mesmas (Abib, 1994; Skinner, 1957/1992). Com isso, a teoria do significado como expressão de ideias parece recorrer a um argumento circular: ela parte do comportamento verbal para falar de ideias, mas, na sequência, essas ideias passam a explicar o próprio comportamento que foi ponto de partida. Nesse processo, as ideias seriam construídas conforme o comportamento que queremos explicar, ajustando-se perfeitamente a ele. Evidentemente, essa não poderia ser considerada uma explicação adequada para o comportamento verbal (Skinner, 1957/1992).

Até esse ponto, as discussões de Skinner sobre comportamento verbal são bastante similares à concepção wittgensteiniana de linguagem, mostrando o potencial da teoria skinneriana para evitar os problemas tradicionais da linguagem apontados por Wittgenstein. Contudo, essa relação torna-se menos harmônica quando o que está em pauta é a compreensão da linguagem psicológica e, mais especificamente, da linguagem dos sentimentos.

Skinner discute a linguagem dos sentimentos e suas dificuldades em um dos textos inaugurais de seu comportamentalismo radical: *The Operational Analysis of Psychological Terms* (1945). Nesse artigo, ele defende uma atitude operacional ao analisar os termos subjetivos, valendo-se do argumento de que o operacionismo se mostra vantajoso, porque interdita a possibilidade da busca por referências ou teses problemáticas para a explicação do funcionamento dos termos subjetivos. Isso ajuda a explicar o movimento de Skinner ao circunscrever a linguagem dos sentimentos ao escopo do comportamento verbal.

Os termos que compõem essa linguagem dos sentimentos passam a ser entendidos como respostas verbais. Para Skinner (1945), as respostas verbais deveriam ser explicadas por contingências sociais de reforçamento e punição e não por suas propriedades topográficas, defesa que indica, de acordo com alguns comentadores (e.g., Abib, 1994), uma compreensão contextualista do comportamento verbal por parte de Skinner. Entretanto, nesse mesmo texto, Skinner introduz o conceito de eventos privados, defendendo que eventos ambientais (estímulos antecedentes e consequentes) e comportamentais (respostas) poderiam ser públicos ou privados.

Skinner (1945) explica os termos subjetivos, entendidos como respostas verbais a eventos privados, por meio de uma comparação explícita com “termos objetivos” ou respostas verbais a eventos públicos. Para o autor, tanto respostas a eventos privados quanto a eventos públicos funcionariam da mesma maneira obedecendo às mesmas regras; a diferença entre elas seria a questão da acessibilidade ao estímulo ao qual a resposta verbal está sob controle.

No caso de respostas verbais a estímulos públicos, como na designação de objetos, tanto o falante quanto a comunidade verbal teriam acesso ao estímulo controlador. Assim, seria mais simples explicar, nesses casos, como a contingência foi criada e mantida de modo que a resposta verbal fique sob controle desse estímulo: a comunidade verbal pode reforçar diferencialmente as respostas verbais quando elas forem emitidas diante do evento público em questão, punindo respostas incorretas e modelando o comportamento verbal do indivíduo. Dessa forma, a comunidade verbal pode manter a relação entre o estímulo e a resposta verbal do falante.

Contudo, no caso da linguagem dos sentimentos ou de respostas verbais controladas por eventos privados, a mesma condição de acesso ao estímulo não está presente. A comunidade verbal não tem acesso aos estímulos privados, apenas o indivíduo teria contato direto com eles (Skinner, 1945). Como, então, nesse caso, a comunidade verbal poderia estabelecer uma contingência discriminativa se não tem acesso aos estímulos controladores das respostas verbais?

Tentando responder a essa questão, Skinner (1945, 1953/1965, 1957/1992) apresenta quatro estratégias empregadas pela comunidade verbal para ensinar o uso de termos que tratam dos sentimentos. Essas estratégias tentariam alcançar algum grau de correspondência (ou de acurácia) entre as expressões subjetivas e os eventos privados aos quais elas se referem.

A primeira e a segunda estratégias de ensino de respostas verbais controladas por eventos privados se dariam de maneira similar: a comunidade verbal ensinaria o uso da resposta verbal relacionada a um estímulo privado (“estou com dor de dente”, por exemplo) com base na observação de um estímulo público (estratégia 1) que o acompanha (um dente careado, o rosto inchado), ou de uma resposta pública colateral (choro, mão no rosto) ao estímulo privado (estratégia 2) (Skinner, 1945).

Na terceira estratégia, a resposta verbal ao estímulo privado seria descritiva do próprio comportamento do indivíduo (Skinner, 1945). Para que isso seja possível, a comunidade verbal ensinaria, inicialmente, o indivíduo a descrever o seu próprio comportamento, observando o que ele faz (estímulos e respostas públicas). Com isso, o indivíduo seria, ao final, capaz de emitir uma resposta verbal apropriada para descrever seu próprio comportamento. Contudo, ao se submeter a esse aprendizado instrucional, o indivíduo, ao mesmo tempo, teria um contato privado com seu próprio corpo, sentindo os estímulos que estão ocorrendo enquanto ele age, por exemplo, de forma “ansiosa”. Portanto, a resposta verbal “ansioso” pode, com o tempo, passar a ser controlada não pelos estímulos públicos produzidos pelo agir, mas por estímulos privados (autoestimulação). Com esse processo de mudança de controle de estímulos, o indivíduo poderia ser capaz de relatar que está ansioso mesmo na ausência de estímulos públicos conspícuos, sob controle de estímulos privados, por exemplo, quando ele diz que “está se esforçando para não deixar transparecer sua ansiedade”.

A quarta forma de reforçamento se dá pelo princípio de indução ou transferência de estímulo (Skinner, 1945). Nesse caso, uma resposta verbal que é mantida originalmente em relação com estímulos públicos pode, por meio de indução, passar a ser emitida sob controle de um evento privado. Aqui “a transferência não se deve a estímulos idênticos, . . . mas a propriedades coincidentes” (Skinner, 1945, p. 274). Sendo assim, características comuns entre um estímulo público e um estímulo privado permitiriam que um termo inicialmente usado para falar do estímulo público passe a ser utilizado para falar de um estímulo privado. Nessa forma de reforçamento, as respostas verbais ao estímulo privado apareceriam como metáforas ou metonímias (Skinner, 1945).

Por meio dessas quatro estratégias, Skinner situaria sua discussão acerca dos eventos privados no comportamento verbal. Contudo, o conceito de eventos privados que é mantido no âmbito dessa discussão parece tornar a proposta de Skinner vulnerável às críticas de

Wittgenstein (Magalhães, 2017b). De modo a demonstrar essa incompatibilidade entre o conceito de eventos privados e a análise wittgensteiniana da linguagem psicológica, serão empregadas as mesmas unidades de análise apresentadas no capítulo anterior, agora no caso das discussões skinnerianas.

### 5.1 LINGUAGEM PRIVADA

Como discutido no primeiro capítulo, Wittgenstein (1953/1986, 1958/1965, 1980/2008, 1982/2014) defende uma concepção de linguagem psicológica da qual não participa algo interno, privado, inacessível, seja mental ou físico. Por outro lado, Skinner (1945, 1953/1965, 1957/1992) lança mão justamente do conceito de eventos privados em sua discussão dos termos subjetivos. Ao admitir a existência de um “pequeno, mas importante, mundo privado de estímulos” (Skinner, 1945, p. 272), Skinner atribui um lugar de importância a esses estímulos privados na discussão da linguagem dos sentimentos, já que seria sob controle ou relacionadas a eles que as respostas verbais seriam emitidas.

O problema, para Wittgenstein (1953/1986), em apoiar-se em objetos ou eventos internos (ou privados) para explicar a linguagem é que facilmente recai-se no problema da linguagem privada. De forma breve, o argumento da linguagem privada é o seguinte:

- 1) existe um mundo interno;
- 2) a linguagem psicológica descreve esse mundo interno;
- 3) justamente por isso, nessa linguagem somente o indivíduo seria capaz de gerar seu significado (olhando para dentro de si);
- 4) por consequência, somente o indivíduo seria capaz de avaliar a validade dos enunciados dessa linguagem, pois seria o único que pode verificar o que realmente estaria ocorrendo.

Colocando lado a lado a discussão skinneriana da linguagem dos sentimentos, via eventos privados, e as características básicas do que Wittgenstein (1953/1986) denominou linguagem privada, parece haver diversas semelhanças.

Em primeiro lugar, a existência de um mundo interno pode ser encontrado em diversos momentos da obra de Skinner, por exemplo: “cada falante possui um pequeno, mas importante, mundo privado de estímulos” (Skinner, 1945, p. 272); “parte do universo está encerrada dentro da própria pele de cada um” (Skinner, 1953/1965, p. 257); “com respeito a cada indivíduo . . . . uma pequena parte do universo é privada” (Skinner, 1953/1965, p. 257); “[O comportamentalismo radical] não insiste na verdade por consenso e pode, portanto, considerar eventos que ocorrem no mundo privado debaixo da pele” (Skinner, 1974/1976, p. 16).

Alguém poderia argumentar que Skinner está falando, aqui, de uma privacidade por ocasião, isto é, que essa parte privada do universo *está* privada, mas pode se tornar pública e acessível à comunidade verbal. Isso permitiria Skinner não recair na crítica à linguagem privada de Wittgenstein, já que esta parte de uma privacidade por natureza, quando não há forma desse objeto privado tornar-se público. Contudo, não parece ser esse o movimento de Skinner (1953/1965). Ao tratar do exemplo da resposta verbal “vermelho” que seria, em geral, estabelecida pela comunidade verbal, quando a resposta é emitida diante de um estímulo que comunidade e indivíduo têm acesso, Skinner faz a ressalva de que se o indivíduo fosse cego, essa resposta verbal não seria estabelecida dessa forma, já que o estímulo vermelho seria inacessível ao indivíduo. E então diz “Esse último caso se assemelha aquele no qual uma resposta verbal se baseia em um evento privado, no qual, *por definição*, é impossível o acesso comum de ambas as partes” (Skinner 1953/1965, p. 259, *italico adicionado*). Sendo assim, Skinner parece se aproximar mais de uma concepção de privacidade por natureza e não por ocasião, partilhando, portanto, da concepção de que há, em princípio, um mundo interno aos indivíduos.

Em segundo lugar, a tese de que a linguagem que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos seria responsável por descrever esse mundo interno aparece na discussão skinneriana das quatro formas de reforçamento das respostas verbais relacionadas aos eventos privados (Skinner, 1953/1965, 1957/1992). Essas estratégias de ensino seriam uma tentativa do autor explicar de que forma as pessoas aprendem a falar sobre *o que* sentem ou como aprendem a falar sobre seus eventos privados. Essa proposta para a linguagem dos sentimentos em Skinner é necessária, já que a comunidade teria acesso aos eventos privados somente como “uma inferência e não como um fato diretamente observável” (Skinner, 1953/1965, p. 258).

Contudo, a partir do momento em que se admite na explicação da linguagem dos sentimentos, esse objeto ou mundo interno, no caso de Skinner representado pelos eventos privados, é necessário resolver os problemas advindos dessa privacidade, sendo o principal deles: como ensinar a relação entre evento privado e palavra sem que a comunidade verbal tenha acesso ao objeto? Wittgenstein argumenta que não haveria como existir uma linguagem com base na privacidade ou na inacessibilidade dos estímulos. No entanto, é justamente essa visão que parece ser explicitamente reiterada por Skinner (1945):

A resposta “Meu dente dói” está parcialmente sob controle de uma situação à qual apenas o falante é capaz de reagir, uma vez que ninguém mais pode estabelecer a conexão necessária com o dente em questão. . . Cada falante possui um pequeno, mas importante, mundo privado de estímulos. . . A primeira dificuldade [*dos eventos privados*] é que não podemos, como no caso dos estímulos públicos, explicar a resposta verbal apontando para um estímulo controlador. . . Mas o problema da privacidade não pode ser completamente solucionado por uma invasão instrumental. Não importa quão claramente tais eventos internos possam ser expostos no laboratório,

permanece o fato de que, no episódio verbal normal, eles são basicamente privados.  
(p. 272)

A discussão da acessibilidade ao estímulo se mostra fundamental na proposta skinneriana. Mas por que quem tem acesso importa? Em última instância, quem tem acesso importa quando falamos do conceito de eventos privados, porque a concepção de privacidade é basilar para esse conceito. Isso se torna relevante por conta da premissa assumida por Skinner (1945) de que “cada falante possui um pequeno, mas importante, mundo privado de estímulos” (p. 272). Nesse sentido, somente quem tem acesso aos estímulos poderia falar com propriedade do que está sentindo e a comunidade verbal não teria acesso a esse estímulo para reforçar adequadamente as respostas verbais de nenhuma maneira. Para solucionar esse problema da privacidade, Skinner propõe as quatro formas de reforçamento das respostas verbais controladas por eventos privados, que seriam as maneiras pelas quais o indivíduo aprenderia a falar sobre o que sente. Essa seria a maneira pela qual Skinner busca manter o caráter social do ensino da linguagem dos sentimentos. Porém, essa tentativa encontra críticas do próprio autor que admite que, de todo modo, a comunidade verbal apenas terá acesso indireto a esses eventos privados, por meio de subprodutos, estímulos e respostas colaterais e que, por conta disso, o grau de precisão da associação entre resposta verbal e evento privado seria irremediavelmente imprecisa. “Este método de contornar o que é privativo do indivíduo não é isento de erros, pois as manifestações públicas e privadas podem não estar perfeitamente correlacionadas” (Skinner, 1953/1965, p. 259).

Por fim, Skinner também admite peculiaridades dessa linguagem que trata do mundo privado: a avaliação e verificação da veracidade e adequação da linguagem ao que realmente estaria sendo sentido somente pode ser feita pelo indivíduo. Nas palavras do autor: “Os eventos que acontecem durante uma excitação emocional ou em estados de privação frequentemente são únicos e inacessíveis aos outros pela mesma razão; nesse sentido nossas

alegrias, tristezas, amores e ódios são particularmente nossos” (Skinner, 1953/1965, p. 257). Em outros termos, somente o indivíduo é quem teria acesso aos seus eventos privados e, portanto, ao que *realmente* sente, sendo somente ele, então, quem seria capaz de verificar e validar o vocabulário que descreve o que se passa privadamente.

Na tentativa de não recair em uma explicação que se afasta completamente de um ensino público da linguagem, via comunidade verbal, Skinner sugere que, em um primeiro momento, as respostas verbais foram ensinadas pela comunidade com base no acesso a manifestações públicas que acompanhariam o evento privado e somente depois é que o indivíduo tornar-se-ia capaz de responder sob controle exclusivo dos seus estímulos privados. Como exemplificado por Skinner (1953/1965):

mais tarde, quando os estímulos privados ocorrem sozinhos, o indivíduo pode a eles responder: ‘eu estava a ponto de ir para casa’ pode ser encarado como o equivalente de ‘*observei eventos em mim mesmo* que caracteristicamente precedem ou acompanham o eu ir para casa. (p. 262, itálico adicionado)

Todavia, a explicação de Skinner não é suficiente para resolver o problema, visto que, de todo modo, o indivíduo precisaria acessar e avaliar esse mundo privado para agir em concordância com ele. Além disso, essa avaliação nunca poderia ser feita com a ajuda da comunidade verbal já que, por definição, ela não tem acesso a esses estímulos.

Sendo assim, cabe, aqui, a indagação se haveria comunicação nesse tipo de relação “linguística” baseada na privacidade de estímulos. A resposta wittgensteiniana é não, visto que, tendo acesso *privilegiado*, o indivíduo seria capaz de significar o que sente para si e somente ele seria capaz de compreender realmente esse significado. Mesmo que a comunidade verbal participe desse processo, isso nunca superaria o caráter privado desses eventos, mantendo ainda a noção de um “contato privilegiado” ou de “um mundo privado”. O que leva a um segundo questionamento, de se seria possível essa significação assentada na

privacidade caracterizar um tipo de linguagem. Wittgenstein (1953/1986) afirma que não, uma vez que ainda haveria uma completa independência do contexto social (o indivíduo permanece como o único que *realmente* sabe sobre seus eventos privados), no sentido de que ninguém poderia corrigir ou mesmo entender essa “linguagem”.

Portanto, ao admitir a existência de um mundo privado e atribuir a linguagem dos sentimentos a responsabilidade de descrever ou falar sobre esse mundo, Skinner, inevitavelmente, passa a ter de resolver os problemas dessa privacidade recém-admitida. Ele o faz por meio das quatro formas de reforçamento das respostas verbais relacionadas aos eventos privados. Porém, a proposta skinneriana parece partilhar de características que o colocam diante do problema da linguagem privada criticada por Wittgenstein e que, no limite, afastam sua concepção de linguagem dos sentimentos das características basilares de uma linguagem.

## 5.2 CONFUSÃO ENTRE DIFERENTES TIPOS DE JOGOS DE LINGUAGEM

Caminhando lado a lado com o problema da linguagem privada, outra crítica feita por Wittgenstein (1953/1986) à linguagem psicológica tradicional é a confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem: os jogos das exibições e os jogos das descrições. Essa confusão é sintetizada por ele com a metáfora do besouro na caixa. Nessa direção, uma análise pormenorizada do aforismo em que essa metáfora é apresentada será utilizada, aqui, como recurso para: (a) retomar os pontos críticos levantados por Wittgenstein sobre essa confusão entre jogos e (b) contrapor esses pontos com as implicações do conceito de eventos privados, como representante da proposta skinneriana de funcionamento da linguagem dos sentimentos.

Wittgenstein (1953/1986) introduz o referido aforismo da seguinte forma: “Ora, alguém me diz que *ele* sabe, apenas a partir de seu próprio caso, o que sejam dores! – Suponhamos que cada um tivesse uma caixa com algo dentro: nós o chamamos de ‘besouro’”

(p. 100). A “caixa”, para Wittgenstein, seria a mente, e o “besouro”, sentimentos, sensações, pensamentos, ou seja, “objetos” privados que seriam os referentes de uma linguagem psicológica. No caso de Skinner, pode-se pensar que a “caixa” seria o organismo, onde encontra-se o “mundo privado debaixo da pele” (Skinner, 1974/1976, p. 16), no qual localizam-se os eventos privados, que, por sua vez, correspondem ao besouro de Wittgenstein.

“Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro”, continua Wittgenstein (1953/1986, p. 100). A afirmação parece ser corroborada na apresentação e defesa do conceito de eventos privados por Skinner (1945), em diferentes momentos, como: “cada falante possui um pequeno, mas importante, mundo privado de estímulo” (p. 272); ou “não há nada errado em uma explicação interior, como tal, mas os eventos, que se localizam no interior de um sistema, tendem a ser difíceis de observar” (Skinner, 1953/1965, p. 27). Ou seja, somente o próprio indivíduo teria acesso ao que estaria dentro da caixa, portanto, aos seus eventos privados<sup>6</sup>.

E, se é apenas o próprio indivíduo que tem acesso à sua própria caixa, prossegue Wittgenstein (1953/1986), ele definiria sozinho com base nos seus próprios estímulos o que está sentindo: “cada um diz que sabe o que é um besouro por olhar *seu* besouro” (p. 100). Porém, assim sendo, “Poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa. Poderíamos até imaginar que uma tal coisa se modificasse continuamente” (p. 100). Ou seja, se o besouro de cada pessoa fosse diferente, ou mesmo se o besouro de cada pessoa mudasse

---

<sup>6</sup> No caso de Skinner (e.g. 1945, 1953/1965, 1989) há alguns pontos suplementares na discussão da “caixa” que poderiam sugerir que ele não comete o erro indicado por Wittgenstein. Por exemplo, ele parece identificar, em alguns momentos, “eventos privados” com condições fisiológicas e, mais especificamente, com estímulos interoceptivos e proprioceptivos. Nesse caso, uma “invasão instrumental” parece resolver o problema da privacidade (Skinner, 1945). No entanto, a identificação de estímulos e/ou condições fisiológicas que participam do “sentir” não soluciona o problema indicado por Wittgenstein (1953/1986). Isso porque “sentir” não se identifica com “o que” é sentido [com o próprio Skinner (1989) sugere em outros momentos]. Não faz sentido dizer que quando eu digo que “tenho” dor estou dizendo o mesmo que um dentista que *olha* meu dente e afirma que ele está careado, ou um médico que *vê* meu estômago durante uma endoscopia e diz que tenho uma úlcera. Eles *descrevem* o que estão *vendo*, eu apenas *falo* que *sinto* (e se tento descrever *o que* sinto, automaticamente, incorro em confusão). O problema colocado por Wittgenstein é que dor não é uma coisa! Logo não faria sentido identificá-la com um estímulo. Dor é uma palavra que pertence a um jogo de exibição. Em suma, “sentir” é um modo de relação com o mundo e com o corpo que se *expressa* de diversas maneiras, algumas delas verbais e outras não.

constantemente, nunca seria possível saber se essas mudanças deveriam ser consideradas “normais”, esperadas para todos os besouros, ou se estariam dentro das regras de um jogo de linguagem. O besouro pode assumir qualquer forma, seja de uma coisa, de um processo ou ainda de vários objetos que se sucedem. O argumento aqui se firma na impossibilidade de comparação e correção do que quer que esteja sendo denominado “besouro” por outras pessoas.

Poderíamos pensar que isso se resolve no conceito de eventos privados de Skinner pela vinculação de estímulos privados a eventos públicos. Poderíamos, se o próprio Skinner não tivesse colocado sob suspeita, ou mesmo reconhecido uma inerente imprecisão nesse tipo de vinculação: “Nenhuma das condições que examinamos permite alcançar a precisão de referência que se alcança, no caso de estímulos públicos, por uma contingência precisa de reforçamento” (Skinner, 1945, p. 274).

Continuando na metáfora: “Mas, e se a palavra ‘besouro’ tivesse um uso na linguagem destas pessoas?” (Wittgenstein, 1953/1986, p. 100). Ou seja, fazer parte de um jogo de linguagem. “Neste caso, não seria o da designação de uma coisa” (p. 100). Portanto, caso a palavra tenha um uso em um jogo de linguagem, ela não poderia seguir o modelo objeto-designação e, conseqüentemente, não seria um caso de jogo descritivo. Isso porque os outros jogadores, ou a comunidade verbal do indivíduo, não poderiam acessar o estímulo para ensinar a palavra que se refere a ele de maneira ostensiva. “A coisa na caixa não pertence, de nenhum modo, ao jogo de linguagem nem mesmo como um algo: pois a caixa poderia também estar vazia” (p. 100). Não há maneira pela qual os outros jogadores ou a comunidade verbal possam verificar e corrigir o uso da expressão relacionada ao “besouro”, pois a comunidade não tem como saber de sua existência. “Não, por meio desta coisa na caixa, pode-se ‘abreviar’; seja o que for, é suprimido.” (p. 100). Por besouro, Wittgenstein quer dizer qualquer “coisa” que um indivíduo poderia sentir: dor, raiva, felicidade, impaciência,

náusea, ciúmes etc. “Isto significa: quando se constrói a gramática da expressão da sensação segundo o modelo de ‘objeto e designação’, então o objeto cai fora de consideração, como irrelevante” (p. 100). Nesse jogo psicológico seria adotado, de modo equivocado, um funcionamento de acordo com regras de jogos das descrições.

A tese levantada por meio da decomposição da metáfora do besouro é de que, ao explicar o funcionamento da linguagem dos sentimentos por meio das quatro formas de reforçamento das respostas verbais relacionadas aos eventos privados, Skinner (1945, 1957/1992) adota o modelo do “besouro na caixa”. Ou seja, ele considera que os termos subjetivos ou a linguagem dos sentimentos funcionaria como um jogo de descrições de “objetos” privados, ao invés de um jogo de exhibições, no qual não faz sentido falar de algo privado.

Um sinal de que Skinner estaria comprometendo o conceito de eventos privados com os jogos das descrições surge na medida em que o discute, em *Verbal Behavior*, no capítulo do tacto (Skinner, 1957/1992). Tacto é definido por Skinner como “um operante verbal, no qual uma resposta de certa forma é evocada por (ou pelo menos fortalecida diante de) um objeto particular ou um acontecimento ou propriedade do objeto ou acontecimento” (Skinner, 1957/1992, p. 81). Portanto, no tacto, o falante descreve estímulos ou propriedades de estímulos, o que aproxima esse operante verbal do funcionamento dos jogos das descrições.

O ensino da linguagem, no caso do tacto, se dá de modo que tanto a comunidade verbal quanto o indivíduo ficam sob controle de um objeto público para que seja possível o ensino e manutenção da resposta verbal ligada a esse objeto, esse ensino é do tipo “objeto-designação”, uma vez que “sob tal ótica, ensinar consistiria, em todos os casos, em mostrar quais coisas são designadas pelas palavras; e aprender consistiria, em todos os casos, em ver ou compreender quais coisas estão sendo por elas designadas” (Faustino, 1995, p. 14).

Portanto, ao situar o conceito de eventos privados no capítulo do tacto, Skinner, por extensão, atribui a ele o mesmo modelo de ensino, por objeto-designação, desse operante verbal.

Adotar o modelo de ensino por objeto-designação, em um jogo de linguagem não é necessariamente um problema para Wittgenstein (1953/1986), afinal, os jogos das descrições adotam esse tipo de ensino e, ao mesmo tempo, são uma possibilidade possível de jogo que não rompe com regras da linguagem. O problema passa existir na medida em que esse mesmo ensino é aplicado à linguagem que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos. O ensino da linguagem, em um jogo descritivo, funciona por meio de regras, a partir das quais o indivíduo, para falar sobre algo, toma como referência algum estímulo, designando-o com palavras aprendidas socialmente. Quando essas mesmas regras passam a ser aplicadas à linguagem psicológica, o objeto ao qual a linguagem faz referência é privado e interno, no caso de Skinner (1945) o “pequeno, mas importante, mundo privado de estímulos” (p. 272).

Com as quatro formas de reforçamento das respostas verbais relacionadas aos eventos privados há, por parte de Skinner, a tentativa de explicar como a comunidade verbal ensina o indivíduo a designar ou ligar as respostas verbais a esses estímulos internos, ou seja, a tentativa de explicar como as regras dos jogos descritivos podem ser aplicadas a linguagem dos sentimentos, sem recair em explicações misteriosas e extralinguísticas. Assim, Skinner apoia-se em uma concepção de ensino por objeto-designação em todas as quatro formas de reforçamento. Ou seja, ele parte da necessidade de haver um estímulo privado, ao qual o indivíduo faria referência e, assim, aprenderia a palavra que designa a esse estímulo. Skinner parece, então, extrapolar os limites do uso desse tipo de ensino, incorrendo naquilo que é criticado por Wittgenstein (1953/1986) de que esse tipo de ensino não poderia ser aplicado a todos os jogos, principalmente aos jogos da linguagem psicológica.

Admitir a existência de um objeto psicológico privado, ou evento privado, é a porta de entrada de Skinner para recair na confusão entre os diferentes jogos apontada por

Wittgenstein. Admitindo o objeto psicológico como, ao menos, parte da explicação da linguagem, cria-se a necessidade de adotar um jogo de linguagem cujas regras permitem a coexistência da linguagem e objeto de referência. Por isso que, tradicionalmente, recorre-se aos jogos das descrições para explicar a linguagem ligada aos fenômenos psicológicos, justamente por ele ser o jogo no qual é “permitida” a existência de um objeto em relação com a linguagem. Contudo, para Wittgenstein (1953/1986), ao adotar o funcionamento dos jogos das descrições para explicar a linguagem psicológica, desloca-se esse jogo para um uso do qual ele não faz parte. A linguagem psicológica não funcionaria como uma descrição de objetos internos. Na linguagem psicológica, predominam os jogos das exibições e neles não há objeto privado ao qual a linguagem se refere, não há *qualquer* objeto.

Como consequência dessa admissão dos eventos privados em sua explicação da linguagem dos sentimentos, Skinner compromete-se com o problema da acessibilidade desses eventos, tópico discutido pelo próprio autor já no texto de 1945: “o problema da privacidade não pode ser completamente solucionado por uma invasão instrumental. Não importa quão claramente tais eventos internos possam ser expostos no laboratório, permanece o fato de que, no episódio verbal normal, eles são basicamente privados” (p. 273). Wittgenstein (1953/1986) argumenta que é a partir do momento em que se admite a existência de um evento privado que se passa a ter de lidar com o decorrente problema de como acessá-lo. Porém, segundo a visão wittgensteiniana, a linguagem psicológica ou os termos subjetivos não fariam referência a nada, nem externo e tampouco interno, já que obedeceriam às regras dos jogos de exibições e não das descrições. Portanto, ao lidar com essa linguagem por meio do jogo correto, o das exibições e, assim, tirar o objeto privado de cena, a questão da acessibilidade não se colocaria.

Entretanto, os jogos descritivos não estão totalmente ausentes na linguagem psicológica proposta por Wittgenstein: o indivíduo ainda pode descrever seu próprio comportamento passado, pode falar sobre como se sentiu. Mas não parece ser isso que

Skinner faz com seu conceito de eventos privados. As quatro formas de reforçamento apresentam duas principais dificuldades para se adequarem à essa categoria de descrição “permitida” por Wittgenstein: 1) A sua temporalidade está errada. Wittgenstein admite na linguagem psicológica a descrição do indivíduo dos seus próprios comportamentos passados. Contudo, as quatro formas de reforçamento de Skinner são a tentativa do autor de explicar, ou pelo menos essa é uma de suas aplicações possíveis, como o indivíduo pode falar sobre o que sente no momento em que sente. O que fica evidente quando o autor diz que o indivíduo “se observa *enquanto* executa alguma resposta identificadora” (Skinner, 1953/1965, p. 265). 2) As quatro formas de reforçamento partem do pressuposto que o indivíduo emite suas respostas verbais relacionadas a ou sob controle de um estímulo privado. O indivíduo aprenderia a resposta verbal com a sua comunidade verbal e depois poderia emití-la sob controle apenas do evento privado, descrevendo-o ou nomeando-o. Como em:

Alguém diz ‘Eu estava a ponto de ir para casa às três horas’, mesmo que não tenha ido. Nesse caso, os estímulos controladores não só são privados, mas também parecem não ter quaisquer acompanhamentos públicos. Respostas como ‘Estou fortemente inclinado a ir para casa’ ou ‘Irei para casa daqui a meia hora’ também descrevem estados de coisas que parecem ser acessíveis apenas ao falante”. (Skinner, 1953/1965, p. 262)

Para Wittgenstein isso é impossível: a única autodescrição cabível ao indivíduo é dos seus próprios comportamentos passados e jamais de algum estímulo ou objeto interno.

A proposta de Skinner para a linguagem dos sentimentos, via conceito de eventos privados, tampouco se adequa à uma espécie de exibição que toma a forma verbal. Ela se afasta dessa possibilidade na medida em que admite em seu funcionamento um objeto interno, os eventos privados, aos quais a linguagem se refere. Exibições, para Wittgenstein, não são a exibição de algo anterior ou interno, elas são comportamentos. Assim, Skinner (1945,

1953/1965, 1957/1992) se mantém afastado dos jogos das exibições em sua concepção de linguagem dos sentimentos e permanece alinhado com a explicação descritiva, típicas da psicologia tradicional.

Ainda, pode-se argumentar que a proposta skinneriana parece resolver o problema da “caixa” mental apresentado por Wittgenstein, já que Skinner nega veementemente o mentalismo em sua obra, substituindo a natureza mental dos eventos privados por uma natureza fisiológica. Nesse sentido, a caixa passa a ser o organismo, delimitado pela pele, debaixo da qual há o mundo privado do indivíduo (Skinner, 1974/1976). Com essa mudança, Skinner escapa de uma possível afiliação com o mentalismo, mas não resolve o problema indicado por Wittgenstein. Para Wittgenstein (1953/1986), esse problema só pode ser solucionado mediante a negação da existência da caixa, a negação da existência de um mundo privado que deveria participar da explicação da linguagem ligada aos fenômenos psicológicos. Nada que é privado, interno ou inacessível importaria para a explicação dessa linguagem, já que seu funcionamento se dá de maneira necessariamente social, funcional e contextual, sem a necessidade de recorrer a explicações em outras instâncias. Assim, ao admitir a existência desse mundo privado, o conceito de eventos privados falha em resolver o problema do besouro na caixa de Wittgenstein.

### 5.3 CONFUSÃO ENTRE DISCURSOS PSICOLÓGICOS EM PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA

Adotar o funcionamento dos jogos descritivos para explicar a linguagem que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos leva, de acordo com Wittgenstein (1953/1956), a uma confusão entre discursos em primeira e terceira pessoa. Essa confusão aparece na proposição de que, no âmbito da linguagem psicológica somente o próprio indivíduo estaria em posição para falar sobre como sente, sendo o único capaz de conhecer os fenômenos psicológicos via observação e *descrevê-los* ou falar sobre eles. Enquanto, o outro, quem

observa “de fora”, é de impossibilitado de falar sobre como o indivíduo sente, já que não teria acesso ao que está sendo descrito.

Wittgenstein (1953/1986, 1980/2008) argumenta que há dois principais passos em direção a essa confusão entre diferentes discursos: a filiação da concepção de linguagem que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos ao funcionamento dos jogos descritivos e, por consequência, a admissão de um objeto interno.

Em relação ao primeiro deles, a análise da proposta skinneriana para a explicação do funcionamento da linguagem dos sentimentos, via conceito de eventos privados, torna evidente a sua filiação a uma lógica descritiva. Essa postura do autor fica clara em trechos como: “Respostas como ‘estou fortemente inclinado a ir para casa.’ . . . também *descrevem* estados de *coisas* que parecem ser acessíveis apenas ao falante” (Skinner, 1953/1965, p. 262, *itálicos adicionados*). Assim, Skinner apoia a sua explicação para o funcionamento da linguagem dos sentimentos na descrição, feita pelo próprio indivíduo, do que se passa consigo no seu mundo privado. O argumento descritivo também prevalece na medida em que o autor tenta explicar possíveis dificuldades ou confusões no ensino, a um paciente, de termos ligados a linguagem dos sentimentos do indivíduo. “A dificuldade não é que o paciente não está sendo estimulado de maneira perfeitamente clara, é simplesmente que ele nunca foi exposto a condições instrucionais sob as quais ele aprendeu a *descrever* o estímulo (privado) adequadamente” (Skinner, 1974/1976, p. 14, *itálico adicionado*). Isto é, as possíveis confusões e dificuldades nos usos dos termos ligados aos sentimentos seriam provenientes da má descrição, nesse caso, por falta de aprendizagem adequada do estímulo privado acessado pelo indivíduo.

De acordo com Wittgenstein (1980/2008), a filiação de uma linguagem psicológica aos jogos descritivos leva a confusão entre discursos em primeira e terceira pessoa, porque, para seguir argumento de que o próprio indivíduo é o único que tem autoridade para falar de

si, é necessário adotar um jogo que comporta esse tipo de movimento. Ou seja, no jogo de linguagem adotado para explicar o funcionamento da linguagem, deve existir a possibilidade do indivíduo se observar e descrever algo que se passa em sua interioridade, o que só é possível nos jogos descritivos.

O segundo ponto que leva diretamente à confusão entre discursos é a admissão de um objeto psicológico interno. Skinner parece admitir isso explicitamente com o conceito de eventos privados, como em: “Uma pequena parte do universo está contido dentro da pele de cada um de nós” (Skinner, 1974/1976, p. 13) ou ainda em “uma análise comportamentalista não questiona a utilidade prática de relatos sobre o *mundo interno* que é sentido e introspectivamente observado” (Skinner, 1974/1976, p. 16, itálico adicionado). A questão do objeto psicológico interno é importante nesse caso já que, seguindo a lógica descritiva para a explicação da linguagem, passa a ser necessário haver um objeto para a linguagem se referir, um objeto a ser observado e descrito pelo indivíduo. No caso da linguagem dos sentimentos, o objeto de referência seriam os eventos privados.

Como consequência dessa filiação aos jogos descritivos e a admissão de um objeto interno, a explicação da linguagem dos sentimentos skinnerianas passa a ser assentada na separação entre objeto e observador, prática comum aos jogos descritivos. O próprio indivíduo se “distanciaria” de si mesmo ou “observaria” a si mesmo para ser capaz de descrever o que se passa em seu interior. Skinner parece se comprometer com esse movimento na medida em que afirma: “Quando o indivíduo vem a *descrever* o seu próprio comportamento discriminativo. . . . Ele se observa *enquanto* executa alguma resposta identificadora” (Skinner, 1953/1965, p. 265, itálicos adicionados). Ou em: “Nós sentimos isso e em alguma medida *observamos isso*” (Skinner, 1974/1976, p. 13, itálico adicionado). Contudo, para Wittgenstein (1953/1986) não faria sentido falar da possibilidade de o próprio indivíduo separar-se dos seus fenômenos psicológicos, observá-los e nomeá-los. A concepção

wittgensteiniana de fenômenos psicológicos os compreende como exibições ou comportamentos. Sendo assim, não haveria como o indivíduo se afastar do seu próprio processo comportamental para se observar e descrever o que está acontecendo: ele é quem age. Ao entender os fenômenos psicológicos como comportamento, a questão da separação entre objeto e observador nos discursos em primeira pessoa nem se colocaria, são movimentos que fogem das regras estabelecidas para os jogos das exibições. Portanto, ao se comprometer com a ligação entre sentimentos e eventos privados, Skinner também se compromete com a confusão entre discursos, já que exige no funcionamento de sua linguagem dos sentimentos, que o próprio indivíduo se afaste de si, observe-se e *descreva* o que se passa em sua interioridade.

De modo diametralmente oposto, por uma perspectiva wittgensteiniana, seria o outro o único capaz de operar de acordo com essa separação entre objeto e observador, já que observa o comportamento de uma outra pessoa no momento em que ela se comporta ou exhibe como sente. É nesse sentido que Wittgenstein (1980/2008) argumenta que o outro é quem está em melhores condições para falar sobre como alguém sente, mais até que o próprio indivíduo, justamente por ter a possibilidade em seu jogo de observar e descrever o comportamento do outro. Skinner (1989) parece se alinhar a essa concepção wittgensteiniana ao dizer:

apesar da aparente intimidade do mundo dentro da pele, e apesar da vantagem de que a pessoa goza como observador de sua história pessoal, outra pessoa poderá saber melhor por que a primeira se comporta de determinada forma. O psicoterapeuta que tenta levar seu paciente a compreender-se está presumivelmente salientando relações causais de que este ainda não havia tomado consciência. (p. 30)

Aqui, Skinner argumenta que o psicoterapeuta, por vezes, ocupa o lugar do outro e pode observar, descrever e interpretar o comportamento do indivíduo, estando em melhores condições de falar sobre como o paciente sente do que ele mesmo.

Todavia, ao mesmo tempo em que Skinner (1989) reconhece o papel dos discursos em terceira pessoa quando se trata da linguagem dos sentimentos, ele continua atribuindo ao conceito de eventos privados ou ao “mundo debaixo da pele” papel central na explicação dessa linguagem. O problema, aqui, é que esses dois posicionamentos não podem coexistir em uma perspectiva wittgensteiniana. Não há como uma linguagem ter caráter contextual e, ao mesmo tempo, referir-se a algo privado e inacessível como parte fundamental da explicação de seu funcionamento. Portanto, com esse movimento, Skinner dá passos em direção às teses de Wittgenstein, mas ainda não consegue se desvencilhar do problema anterior: a admissão do mundo privado de estímulos sob controle do qual a linguagem dos sentimentos é emitida.

Diante disso, é possível concluir que, na proposta de Skinner para a explicação da linguagem dos sentimentos via conceito de eventos privados, os discursos em primeira pessoa ainda se mantêm em uma posição de autoridade, uma vez que só o indivíduo tem acesso e pode falar de seu mundo privado. Justamente por isso, os discursos em terceira pessoa ainda permanecem como coadjuvantes ou até mesmo são deixados de lado na compreensão de como a pessoa sente. A admissão dos eventos privados como parte fundamental da explicação da linguagem dos sentimentos leva Skinner diretamente para essa confusão entre os discursos em primeira e terceira pessoa e o impede de escapar das críticas de Wittgenstein.

#### 5.4 SEPARAÇÃO ENTRE LINGUAGEM PSICOLÓGICA E CONTEXTO

Wittgenstein (1953/1986) defende uma concepção de linguagem, incluindo a psicológica, necessariamente contextualista. Isso quer dizer que a linguagem e sua significação só existem e só podem ser compreendidas recorrendo ao contexto em que estão inseridas e, portanto, a linguagem não teria qualquer significado “em si”. Ao apresentar suas considerações sobre o funcionamento da linguagem, no escopo do comportamento verbal, Skinner (1957/1992) parece alinhar-se a essa concepção contextualista de linguagem. Como argumenta Abib (1994), para Skinner

- (1) o comportamento verbal é um fenômeno dependente do contexto da linguagem; e
- (2) a linguagem é um fenômeno dependente do contexto da cultura. A palavra *contexto* há de ser tomada no sentido do contextualismo, de tal modo que o termo *dependente do contexto*, em ambos os casos, signifique indissociabilidade entre os fenômenos e os contextos ali indicados. (p. 477)

Desse modo, Skinner e Wittgenstein parecem caminhar lado a lado no que diz respeito ao papel do contexto na linguagem. Quando se trata da linguagem dos sentimentos, Skinner também parece, em um primeiro momento, alinhar sua proposta a uma concepção contextualista, já que o comportamentalista a situa no escopo do comportamento verbal e defende que “há uma vantagem considerável em lidar com termos, conceitos, construtos, etc., simplesmente na forma em que eles são observados – isto é, como respostas verbais.” (Skinner, 1945, p. 3). Para além disso, o posicionamento de Skinner (1945) é de que quando se trata da investigação sobre as respostas verbais que compõem a linguagem dos sentimentos, os seus “significados, conteúdos e referências devem ser encontrados entre os determinantes e não entre as propriedades da resposta” (p. 3). Essa tese pode ser interpretada como estando alinhada ao que propõe Wittgenstein, ou seja, de que o significado dessa linguagem deve ser buscado no uso, no contexto de emissão da resposta

verbal. Há ainda outros momentos em que o operacionismo defendido por Skinner parece manter uma concepção contextualista, como: “Nós respondemos a um estômago vazio de uma maneira quando comemos, e de modo diferente quando dizemos que estamos com fome.” (Skinner, 1989, p. 4); e

quando tornamos um homem faminto, aumentamos o número de respostas práticas que no passado foram reforçadas com alimento. Também aumentamos a frequência de respostas artísticas ou verbais que produzem quadros de alimento, ou geram estímulos condicionados que são eficazes porque acompanharam alimento – o indivíduo desenha quadros de alimento ou fala sobre deliciosas refeições que comeu. (Skinner, 1953/1965, p. 272)

Nesses exemplos, Skinner parece estar buscando nas contingências em que o indivíduo está situado, ou em sua história passada de reforçamento, a explicação para como ele sente ou, mais precisamente, como ele diz que sente.

Contudo, Skinner (1945, 1953/1965, 1974/1976, 1989) sempre mantém em sua explicação do funcionamento da linguagem dos sentimentos o conceito de eventos privados, afirmando que seria sob controle deles que as respostas verbais da linguagem dos sentimentos seriam emitidas. Essa filiação com o conceito de eventos privados impõe dificuldades para essa interpretação contextualista da linguagem dos sentimentos. Afinal, como algo que é privado, por definição, poderia ser contextual? Como as respostas verbais ou termos psicológicos relacionados a esses eventos privados poderiam ser ensinados de forma contextual se designam *algo* inacessível à comunidade verbal? Como garantir a indissociabilidade entre os fenômenos e os contextos nos quais ocorrem, se os eventos privados estão isolados de qualquer contexto, ocorrendo *no* indivíduo?

Ao adotar os eventos privados como base da sua explicação para a linguagem dos sentimentos, Skinner (1945) já parte do pressuposto de que existiria um mundo *inacessível* de estímulos e que as respostas verbais que tratam de sentimentos se refeririam ou descreveriam esse mundo. Como consequência, somente o indivíduo seria capaz de saber o que acontece em seu interior e avaliar a acurácia da correspondência entre a linguagem utilizada e *o que é* sentido. Nessa proposta skinneriana para a explicação da linguagem dos sentimentos, o contexto em um sentido wittgensteiniano parece não ter papel. Skinner (1945, 1953/1965) parece atribuir ao contexto apenas o papel de um pano de fundo no qual o indivíduo existe e fala a terceiros sobre o que ocorre no seu interior, já que a linguagem dos sentimentos estaria *descrevendo* o que se passa na interioridade privada do indivíduo. Assim, a utilização do conceito de eventos privados impede que o significado da linguagem a respeito de sentimentos tenha uma relação de *dependência* com o contexto, pelo menos como defendida por Wittgenstein (1953/1986).

Essa diferença nos papéis atribuídos ao contexto na obra dos dois autores fica evidente quando ambos se propõem a explicar o porquê há diversidade de sentidos ou usos no vocabulário que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos. Para Skinner (1989) essa diversidade seria um sinal da imprecisão (insuperável) das contingências responsáveis pelo ensino da discriminação verbal de eventos privados. Isto é, a multiplicidade de sentidos das respostas verbais não parece ser vista, pelo comportamentalista, como parte das características basilares da linguagem dos sentimentos. Ao localizar a sua discussão sobre os termos psicológicos no tacto e, portanto, ligá-la a uma concepção de linguagem que busca referentes e os descreve, Skinner (1957/1992) parece estar sugerindo que, caso fosse possível ter acesso aos eventos que ocorrem no interior dos indivíduos, o “problema” da diversidade das respostas verbais desapareceria: relações precisas entre resposta e referente interno poderiam ser estabelecidas.

Wittgenstein, por sua vez, defende que essa diversidade da linguagem psicológica seria apenas uma instância de qualquer linguagem, explicada por seu caráter contextual, que inviabiliza a busca por um sentido único para as palavras. Isto é, sendo o significado de toda linguagem dependente de seu contexto e sendo o contexto sempre diverso, é de se esperar que a linguagem e suas significações também o sejam. Portanto, embora a proposta skinneriana do comportamento verbal seja assumidamente contextual (Abib, 1994), a inclusão do conceito de eventos privados parece “ancorar” a linguagem psicológica em um ponto fixo.

Assim, apesar de Skinner caminhar em direção a uma concepção contextualista de linguagem com a proposta do comportamento verbal, na explicação para o funcionamento da linguagem dos sentimentos parece haver um recuo. Isso ser deve ao conceito de eventos privados, que impossibilita que essa postura contextual seja de fato adotada, uma vez que a privacidade e inacessibilidade assumidas impedem uma interpretação contextualista da linguagem dos sentimentos no comportamentalismo radical.

## 6 CAPÍTULO 3- PRECISAMOS DE EVENTOS PRIVADOS?

As discussões apresentadas até aqui sugerem que o conceito de eventos privados falha em responder às críticas levantadas por Wittgenstein. Partindo dessa conclusão, parece viável defender o abandono do conceito de eventos privados, mais especificamente, no que tange à linguagem dos sentimentos. Com o abandono do conceito, a proposta skinneriana afastar-se-ia dos problemas indicados por Wittgenstein em suas críticas à linguagem psicológica.

Todavia, será que ainda haveria justificativas para o uso ou a manutenção do conceito de eventos privados que escapariam das críticas de Wittgenstein? Em outras palavras, haveria argumentos que poderiam levar a manutenção do uso do conceito de eventos privados na discussão sobre a linguagem dos sentimentos, mesmo que isso incorresse nos problemas apontados por Wittgenstein?

Para fazer essa avaliação, retomaremos e analisaremos alguns argumentos partidários do uso do conceito de eventos privados apresentados na introdução deste trabalho. Dessa forma, este capítulo percorrerá quatro dimensões da defesa do conceito de eventos privados: 1) Comportamento verbal *versus* eventos privados; 2) Complexidade e eventos privados; 3) Eventos privados e a radicalidade do comportamentalismo skinneriano e; 4) A função prática dos eventos privados.

### 6.1 COMPORTAMENTO VERBAL *VERSUS* EVENTOS PRIVADOS

Um dos argumentos utilizados para defender a manutenção do conceito de eventos privados seria sua afinidade com o comportamento verbal. O argumento é de que as aproximações entre comportamento verbal e a filosofia da linguagem wittgensteiniana poderiam ser estendidos ao conceito de eventos privados. Em suma, dado que Skinner e Wittgenstein compartilham da mesma concepção de linguagem, o conceito de eventos privados, sendo consistente com a noção de comportamento verbal, seria uma proposta legítima de explicar o vocabulário dos sentimentos de uma perspectiva wittgensteiniana.

Esse ponto é apresentado por Willard Day, em seu texto *On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner*, no qual ele discute possíveis convergências entre Skinner e Wittgenstein. Dentre as aproximações elencadas por Day (1969), algumas delas dizem respeito à concepção de linguagem adotada pelos autores. No caso de Wittgenstein, a análise de Day (1969) foca na concepção de linguagem defendida pelo filósofo em seu segundo momento de produção, sintetizada no livro *Investigações Filosóficas*. Já no caso de Skinner, Day (1969) se debruça sobre a proposta do comportamento verbal. O argumento de Day (1969) é de que há semelhanças entre a concepção de Wittgenstein sobre o funcionamento da linguagem e a noção skinneriana de comportamento verbal, que permitiriam um diálogo entre as propostas dos dois autores.

A análise dos textos de Wittgenstein, realizada ao longo deste trabalho, converge com as asserções de Day (1969) nesse ponto. A proposta de Wittgenstein (1953/1986) de que a linguagem seria contextual, social e funcional, é claramente satisfeita pela noção de comportamento verbal apresentada por Skinner (1957/1992).

O caráter contextual da linguagem é a característica basilar da proposta skinneriana de comportamento verbal. Para Skinner (1957/1992), o significado do comportamento verbal está diretamente ligado e é dependente do contexto em que as respostas verbais ocorrem. Alguns exemplos textuais desse contextualismo do comportamento verbal são: “Se o indivíduo muda de uma comunidade verbal para outra ou se a comunidade mudar suas práticas, o comportamento pode ser extinto” (Skinner, 1957/1992, p. 206); “As expressões faciais de emoção são peculiares a uma determinada cultura. Até certo ponto, cada comunidade verbal tem seu próprio grito de dor. . ., suas próprias formas de riso, suas próprias expressões de desprezo. . ., e assim por diante” (Skinner, 1957/1992, p. 215). Portanto, assim como Wittgenstein, Skinner atribui ao contexto um papel fundamental na

significação da linguagem, sendo diretamente ligadas a ele a criação, alteração ou extinção dos significados das respostas verbais.

Por extensão, a defesa wittgensteiniana de que toda a linguagem, bem como suas significações, devem ser ensinadas e aprendidas socialmente, é endossada por Skinner (1957/1992):

O comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal – por pessoas que respondem ao comportamento de certas maneiras por causa das práticas do grupo do qual fazem parte. Essas práticas e a interação resultante do falante e ouvinte produzem fenômenos que são considerados aqui sob a rubrica de comportamento verbal. (p. 226)

Como consequência dessa concepção de linguagem diretamente ligada a um contexto social, também é possível encontrar na proposta skinneriana de comportamento verbal a noção funcional de significado. Isto é, o entendimento de que o significado da linguagem é encontrado no uso que é feito dela. Vargas (1992) em seu prefácio para uma nova edição do *Comportamental Verbal* evidencia esse ponto

O significado da declaração ‘Polly quer um pouco de espinafre’, altera-se se uma criança chamada Polly diz isso, se a mãe de Polly disser isso ao pai de Polly, que está sentado ao lado de Polly na mesa de jantar, se um ator lê de um roteiro enquanto se dirige a outro ator, se um papagaio o imita, ou se um leitor o lê. . . . A criança chamada Polly poderia estar com fome quando disse que queria mais espinafre ou ela poderia estar alimentando secretamente seu cachorro, tanto por causa do cachorro quanto para agradar os seus pais. (p. xxx)

O ponto apresentado por Vargas (1992) é de que a postura assumida por Skinner em sua proposta para o comportamento verbal é a de que o significado da linguagem está diretamente ligado aos seus usos em um contexto concreto. Tornando possível que uma

mesma expressão verbal apresente diferentes significados a depender de como, por quem e em que contexto é utilizada.

Contudo, as aproximações feitas por Day (1969) não se detêm a esse ponto. O autor sustenta a proposta de que é possível um diálogo entre as concepções de Skinner e Wittgenstein também quando se trata da linguagem dos sentimentos e do conceito de eventos privados. Como já apresentado anteriormente, a defesa de Day (1969) é de que “nem Wittgenstein nem Skinner rejeitam eventos privados como entidades necessariamente sem sentido ou fictícias, em contraste com a hipótese comportamentalista usual” (p. 494).

De forma crítica, Magalhães (2017b) argumenta que Day erra ao defender que a concepção sobre o significado do conceito de eventos privados é igual nas obras de Skinner e Wittgenstein. Como discutido anteriormente, para Wittgenstein não faria sentido falar sobre a existência de um evento privado ao qual a linguagem psicológica se *referiria*, enquanto que para Skinner, o conceito de eventos privados é basilar em sua explicação da linguagem dos sentimentos. Tendo isso em vista, torna-se impraticável propor uma interpretação wittgensteiniana do conceito de eventos privados proposta por Skinner.

Para além desse ponto levantado por Magalhães (2017b), outro problema decorrente da aproximação entre Skinner e Wittgenstein por meio dos eventos privados é que, por mais que Skinner (1945, 1957/1992) tenha situado a sua proposta de eventos privados no escopo do comportamento verbal, ele não parece aplicar as características da sua concepção de comportamento verbal para o funcionamento da linguagem dos sentimentos. Isto é, a explicação skinneriana da linguagem dos sentimentos não é contextual, social e funcional.

Essa diferença entre o tratamento skinneriano para as respostas verbais que tratam de estímulos públicos e as respostas verbais relacionadas aos eventos privados pode ser observada em sua obra. Com respeito à aprendizagem de respostas verbais sob controle de estímulos públicos, Skinner pontua:

O reforçamento da resposta “vermelho”, por exemplo, é contingente à presença de um objeto vermelho. (A contingência não precisa ser invariável.) Um objeto vermelho torna-se, então, um estímulo discriminativo, uma “ocasião” para a emissão bem-sucedida da resposta “vermelho”. Este esquema pressupõe que o estímulo age tanto sobre o falante, como sobre a comunidade que reforça; se não for assim, a contingência adequada não pode ser mantida pela comunidade. (Skinner, 1945, p. 272)

Até esse momento, Skinner explica o funcionamento da linguagem envolvendo estímulos públicos – nesse caso, o vermelho – de forma contextual, social e funcional, já que recorre à comunidade verbal como explicação para o ensino e correção da significação da resposta verbal, bem com a manutenção dessas respostas.

Contudo, quando o autor passa a tratar de expressões ligadas à linguagem dos sentimentos e, portanto, de uma linguagem que, supostamente, *descreve* eventos privados, Skinner (1945) afirma que “esta condição [de acessibilidade do estímulo por parte do falante e do ouvinte] não está presente em muitos casos de termos "subjetivos", que parecem ser respostas a estímulos privados.” (p. 272). A posição de Skinner (1945) é de que quando se trata dos termos subjetivos, essas respostas verbais estariam “parcialmente sob controle de uma situação à qual apenas o falante é capaz de reagir, uma vez que ninguém mais pode estabelecer a conexão necessária” (p. 272).

Com esse movimento, o autor deixa de explicar o funcionamento da linguagem dos sentimentos recorrendo integralmente à comunidade verbal e suas práticas, como o faz quando se trata de respostas verbais a estímulos públicos. Como exposto no Capítulo 2, eventos privados não são contextuais, sociais ou funcionais, o que afastaria não apenas Skinner de Wittgenstein, mas o conceito de eventos privados da proposta skinneriana de comportamento verbal. Em outras palavras, ao recorrer ao conceito de eventos privados para a explicação da linguagem dos sentimentos, Skinner perde a oportunidade de aplicar a potência

da sua própria proposta de comportamento verbal na explicação dessa “linguagem psicológica”.

Em síntese, afirmar que o conceito de eventos privados se afasta de uma proposta wittgensteiniana de linguagem não quer dizer que toda a proposta do comportamento verbal o faz. O ponto defendido aqui é que Day (1969) é bem-sucedido em suas aproximações entre Skinner e Wittgenstein, via comportamento verbal, mas não quando segue com essa aproximação entre os autores, via conceito de eventos privados. Sendo assim, o conceito de eventos privados não se mostra apenas como um ruído na tentativa de aproximação entre as obras de Skinner e Wittgenstein, mas, também, se apresenta como obstáculo à aproximação dentro da própria proposta skinneriana de comportamento verbal. Portanto, a filiação do conceito de eventos privados com o comportamento verbal não seria uma justificativa suficiente para o uso ou manutenção do conceito dos eventos privados.

## 6.2 COMPLEXIDADE E EVENTOS PRIVADOS

Outro argumento que surge na tentativa de defender a manutenção do uso do conceito de eventos privados é o de que sem ele os analistas do comportamento seriam incapazes de explicar questões complexas que envolvem o que há de mais psicológico, os sentimentos. Nas palavras de Zilio e Dittrich (2015), “acreditamos que eventos privados são essenciais para entendermos o comportamento como um todo. Uma explicação que não os leve em consideração é, na melhor das hipóteses, incompleta, ainda que supra critérios pragmáticos de previsão e controle” (p. 225). Tourinho (2007) também caminha nessa direção ao defender que “o conceito de eventos privados é realmente relevante para a análise de *todos* os fenômenos referidos com os termos psicológicos” (p. 4, *itálico adicionado*), e ainda acrescenta que “quando passamos para o terreno das relações comportamentais começamos a perceber que os fenômenos referidos como eventos privados. . . podem ser muito complexos” (p. 6).

Seguindo a questão da complexidade, Zilio e Dittrich (2015) concluem sua exposição da seguinte forma:

Em suma, após a crítica aos argumentos . . . em favor da eliminação dos eventos privados, o que fica é simplesmente uma parte relevante das relações comportamentais que, por conta de sua própria natureza, é de difícil estudo. Entretanto, “dificuldade” não é algo que deve frear o desenvolvimento científico. Pelo contrário, deve servir de incentivo. Nesse contexto, o que deveríamos fazer, enquanto analistas do comportamento: aceitar o desafio, com todas as suas dificuldades, ou ignorar uma parte relevante do comportamento humano sob pena de sermos mais uma vez acusados de não dar conta de sua complexidade? (Zilio & Dittrich, 2015, p. 225)

Com esses trechos, fica evidente a conexão estabelecida pelos autores entre o estudo da complexidade do comportamento humano e suas relações com o conceito de eventos privados. O argumento é de que sem ele a análise do comportamento está fadada a investigar apenas o que é mais fácil, simples ou menos complexo no comportamento humano. A conclusão decorrente dessa defesa é de que o conceito de eventos privados é *necessário* para a compreensão do comportamento humano em sua totalidade.

Devido a essa necessidade, a manutenção do conceito de eventos privados se justificaria por sua “utilidade teórica”. Nesse sentido, Zilio e Dittrich (2015) argumentam que “. . . recorrer aos eventos privados consiste em estratégia bastante útil na interpretação do comportamento quando não temos acesso à história de vida do sujeito, ou quando a análise molar é inviável” (p. 223).

Porém, seriam essas justificativas suficientes para a manutenção do uso do conceito de eventos privados? Como poderia ser útil para o comportamentalismo radical um conceito que se filia a teses tradicionais sobre a linguagem, como o referencialismo? Como poderia ser útil ou necessário um conceito que, por sua privacidade inerente, implica na impossibilidade de

correção da comunidade verbal desse vocabulário do indivíduo que se liga a eles? Qual a utilidade teórica de uma linguagem na qual só o próprio indivíduo é que geraria e corrigiria seu significado e que, por fim, só ele teria a autoridade para falar do que ocorre? A necessidade do uso do conceito de eventos privados para a explicação ainda se mantém diante de todas as críticas à sua aplicação?

Indo na contramão do argumento da necessidade e utilidade teórica do conceito de eventos privados para explicar fenômenos comportamentais complexos como os relacionados aos fenômenos psicológicos, a proposta defendida neste trabalho, sob viés wittgensteiniano, é de que os analistas do comportamento devem sim enfrentar as discussões complexas presentes nas relações comportamentais. Contudo, diferente de Zilio e Dittrich (2014, 2015), esse enfrentamento pode, e deve, ser feito sem o conceito de eventos privados. Por uma perspectiva wittgensteiniana, é possível operar nessas discussões por um jogo de linguagem diferente do que se vale dos eventos privados e ainda ser complexo. Em suma, não é *necessário* empregar o conceito de eventos privados para abordar assuntos complexos.

A aparente necessidade e utilidade do uso do conceito de eventos privados só surge na medida em que se toma o funcionamento da linguagem dos sentimentos pelo jogo errado: o das descrições. Se a linguagem dos sentimentos for entendida pelos jogos das exhibições, como defende Wittgenstein (1953/1986), os fenômenos psicológicos, incluindo os sentimentos, passam a ser vistos como exhibições ou como comportamentos. Portanto, o que passa a ser *necessário* para sua compreensão é a análise do *comportamento* dos indivíduos em um contexto social. Evidentemente que, por essa perspectiva, quanto mais se conhece o indivíduo, o contexto no qual ele está inserido, as contingências de reforçamento e punição que modelam seu comportamento, mais complexas poderão ser as análises feitas. Assim, para entender como alguém sente, seria de nenhuma utilidade o indivíduo “descrever” o seu

suposto mundo interior; o que interessa são seus comportamentos e o contexto no qual eles ocorrem.

Pode-se, ainda, argumentar que, de uma perspectiva wittgensteiniana, a questão dos fenômenos psicológicos permanece sendo complexa. Contudo, a complexidade não poderia servir de justificativa para se admitir instâncias ou objetos internos, privados e, portanto, inacessíveis como *necessários* para a explicação da linguagem psicológica. Essa seria uma “solução” simples para um problema complexo.

### 6.3 EVENTOS PRIVADOS E O CARÁTER RADICAL DO COMPORTAMENTISMO SKINNERIANO

Pode ainda haver resistência a respeito do abandono do conceito de eventos privados por conta de sua presença na história da área. Na literatura analítico-comportamental, o conceito de eventos privados é tido, por vezes, como a marca da “radicalidade” do comportamentalismo radical de Skinner, constituindo-se como um conceito fundamental quando se trata da possibilidade do estudo de fenômenos psicológicos por uma perspectiva skinneriana (e.g., Carrara & Strapasson, 2014, Sérgio, 2005, Tourinho, 1999, 2004). Por esse motivo, o conceito é frequentemente retomado em trabalhos que tratam de temas ligados aos fenômenos considerados psicológicos (e.g., Bachtold, 1999, Cunha, 2007, Ferreira, Tadaiesky, Coêlho, Neno & Tourinho, 2010, Gazzoni & Ferreira, 2021, Silva, 2008, Pitanga & Vandenberghe, 2010).

O conceito de eventos privados, bem como a expressão *Comportamentalismo Radical*, foram apresentados por Skinner em seu famoso artigo de 1945. Nesse mesmo texto, Skinner (1945) deixa evidente as suas divergências em relação ao que denomina *comportamentalismo metodológico*. Nesse contexto, o conceito de eventos privados daria “identidade” ao comportamentalismo skinneriano, abrindo a possibilidade de que os fenômenos psicológicos integrassem o campo de estudo de uma ciência do comportamento. Assim, Carrara e

Strapasson (2014) pontuam que “É ao tratar dos aspectos filosóficos e lógicos referentes à privacidade enquanto questões comportamentais relacionadas ao ‘uso de termos mentais’ que Skinner ‘radicaliza’ seu behaviorismo” (p. 111).

Diante desse cenário, alguém poderia argumentar que uma defesa do abandono do conceito de eventos privados levaria também ao abandono da radicalidade do comportamentalismo de Skinner e, por consequência, reconduziria a área a um tipo de comportamentalismo metodológico. Contudo, o ponto não é esse.

A concepção de que a radicalidade no comportamentalismo skinneriano estaria diretamente atrelada ao conceito de eventos privados não é unânime na literatura analítico-comportamental. Lopes (2006) argumenta que o marco da radicalidade do comportamentalismo radical não estaria no uso do conceito de eventos privados para explicar os fenômenos psicológicos. Para o autor “Partimos do comportamento, entendido como uma relação inextrincável entre organismo e ambiente, e *em momento algum* saímos do campo comportamental. É justamente nesse fato que se encontra a radicalidade do behaviorismo radical” (p. 224). Portanto, a radicalidade do comportamentalismo de Skinner seria a sua proposta de tomar o comportamento como objeto de estudo e analisá-lo sem recorrer, em nenhum momento, a referências para além do campo comportamental. Isso é endossado pelo próprio Skinner (1989) em sua definição do termo “comportamentalismo radical” como “a filosofia de uma ciência do comportamento tratado como um assunto por si mesmo, separado de explicações internas, mentais *ou fisiológicas*” (p. 122).

Entretanto, ao propor sua explicação para a linguagem dos sentimentos via conceitos de eventos privados, Skinner (1945) não trata os sentimentos como comportamentos. Ele os trata, como visto no Capítulo 2, como objetos internos aos quais a linguagem se referiria ao dar nome ou descrever o que está sendo sentido

pelo indivíduo. Dessa forma, o conceito de eventos privados não permanece *no* campo comportamental para explicar a linguagem dos sentimentos.

Por essa perspectiva, a proposta de abandono do conceito de eventos privados não conduziria ao abandono da “radicalidade” do comportamentalismo radical. O conceito de eventos privados não deveria ser vista como a marca do comportamentalismo radical, pelo contrário, ele é quem ameaça sua radicalidade. O abandono do conceito poderia, portanto, auxiliar o comportamentalismo skinneriano a se manter radical, ficar circunscrito ao campo comportamental.

#### 6.4 A FUNÇÃO PRÁTICA DOS EVENTOS PRIVADOS

Um último argumento de defesa da manutenção do uso do conceito de eventos privados diz respeito à sua utilidade prática. Esse posicionamento parte do argumento de que é somente valendo-se do conceito que um terapeuta analítico-comportamental conseguiria acessar, analisar e intervir em questões relacionadas aos sentimentos. Isto é, o conceito de eventos privados seria *necessário* para a prática do psicólogo clínico.

Um dos autores que discorre sobre o conceito de eventos privados e adota essa argumentação é Tourinho (2007). Em seu texto *Conceitos científicos e ‘eventos privados’ como resposta verbal*, o autor chama atenção para a polissemia de usos do conceito de eventos privados na literatura analítico-comportamental e se propõe a investigar o que controlaria o comportamento de analistas do comportamento de usar esse conceito. Tourinho (2007) pontua que a diversidade de usos levaria a confusões teóricas e, por consequência, confusões práticas na análise do comportamento. O autor argumenta que “Torna-se indispensável o refinamento conceitual de um sistema explicativo, como meio de trazer à investigação novas dimensões do objeto de estudos” (Tourinho, 2007, p. 3).

A proposta de Tourinho (2007), quando se trata do conceito de eventos privados, é de que não seria necessário o abandono do conceito, mas sim um refinamento que poderia “solucionar impasses e favorecer o desenvolvimento da pesquisa” (p. 3). A justificativa do autor para esse posicionamento recorre ao argumento da utilidade e necessidade do conceito para a atuação prática do psicólogo analista do comportamento. Uma vez que “todos os termos psicológicos. . . são respostas verbais sob controle de fenômenos dos quais participam respostas encobertas ou estímulos privados” (Tourinho, 2007, p. 4). Tourinho (2007) faz a ressalva de que não adota a concepção de que os fenômenos psicológicos poderiam ser reduzidos aos eventos privados, mas ainda mantém a posição de que a análise dos termos psicológicos sempre envolve, de alguma maneira, o conceito de eventos privados.

Depois de examinar uma diversidade de definições do conceito de eventos privados na análise do comportamento (condições anátomo-fisiológicas, eventos constitutivos de relações comportamentais, e relações comportamentais), Tourinho (2007) defende a concepção de eventos privados como relações comportamentais. A justificativa para essa escolha seria que, por meio dessa definição, o conceito de eventos privados mostraria a sua importância no contexto clínico: “quando terapeutas analítico-comportamentais, por exemplo, sugerem que sentimentos são instâncias de eventos privados e devem ser objeto de análise e intervenção, frequentemente é de relações comportamentais que estão falando” (Tourinho, 2007, p. 5).

O autor apresenta o medo como exemplo da utilização do conceito de eventos privados na prática, pontuando que a resposta verbal “medo” pode ser emitida pelo indivíduo i) sob controle de respostas fisiológicas condicionadas eliciadas em determinada situação; ii) o indivíduo pode aprender a emitir essa resposta diante de contingências aversivas; iii) o indivíduo pode observar o seu próprio corpo e, assim, o descrever que está com medo ou; iv) o indivíduo pode aprender as diferentes consequências advindas da emissão da resposta verbal ‘medo’ de acordo com práticas vigentes na sua comunidade verbal. Segundo o autor, a

resposta verbal “medo” pode ser emitida em situações de diferentes complexidades, mas em todas as circunstâncias em que é emitida, estímulos privados sempre estariam envolvidos (Tourinho, 2007).

Sendo assim, o autor conclui que “se eventos privados podem ser relações comportamentais, dificilmente fará sentido não analisá-los nas situações de intervenção” (Tourinho, 2007, p. 7). Assim, Tourinho (2007) torna evidente o seu posicionamento de que o conceito de eventos privados é necessário para atuação de analistas do comportamento.

O autor ainda argumenta que adotar a compreensão do conceito de eventos privados como relações comportamentais permitiria escapar das críticas feitas à noção de privacidade inerente ao uso do conceito de eventos privados como parte da explicação da linguagem dos sentimentos. O autor pontua que, ao compreender o conceito como relações comportamentais, o foco de análise e intervenção se volta às relações do indivíduo com o ambiente e não à eventos que se passam *no* indivíduo. Esse movimento vai ao encontro da concepção de linguagem que trata de fenômenos psicológicos defendida por Wittgenstein (1953/1986).

Contudo, essa afirmação de Tourinho (2007) não parece se confirmar em seu exemplo do medo. Apesar do autor, em alguns momentos, adotar uma explicação para a emissão da resposta verbal “medo” com participação da comunidade verbal e das suas práticas culturais no ensino e manutenção dessa resposta, o conceito de eventos privados ainda constitui um problema. Ao aceitar esse conceito, o autor ainda admite na explicação do uso da linguagem dos sentimentos um “mundo interno” do indivíduo que deve ser descrito e que controla a emissão das respostas verbais, mesmo que parcialmente. Sendo assim, os eventos privados relacionados às respostas verbais ainda são só do próprio indivíduo e, portanto, ainda estão *no* indivíduo.

A despeito da argumentação de Tourinho (2007), de que a concepção de eventos privados como relações comportamentais seria a solução para os problemas geralmente

atribuídos ao conceito, adotar o caráter “relacional” para o conceito de eventos privados cria dois problemas: 1) como é que algo é relacional e ao mesmo tempo privado? 2) Como algo pode, ao mesmo tempo, ser um evento e ser relacional? Por definição, um evento é uma coisa, algo que pode ser observado (se necessário, fazendo uso de instrumentos adequados) em algum lugar. Já uma relação não pode ser identificada como uma coisa ou evento e, como tal, não pode ser observada da mesma forma que um evento. A relação verifica-se no modo de agir *entre* os membros da relação, a relação está *entre* coisas ou eventos (Abbagnano, 2007). Nesse sentido, os conceitos “evento” e de “relação” não são intercambiáveis, suas definições são incompatíveis. Logo, um *evento* privado não poderia ser relacional, justamente por ser um evento.

Mas voltando ao argumento principal de Tourinho (2007), será que a manutenção do uso do conceito de eventos privados se justificaria por sua utilidade prática? Assim como apresentado anteriormente, ao seguir uma concepção wittgensteiniana, a aparente necessidade pelo uso do conceito de eventos privados para a compreensão dos sentimentos decorre de uma confusão entre jogos descritivos e jogos das exposições. A partir do momento em que se assume que há um mundo interno e o que ocorre nesse mundo é parte da explicação de como alguém sente, surge a “necessidade” do conceito de eventos privados para explicar de que maneira o indivíduo descreve o que se passa em sua interioridade. Para Wittgenstein (1953/1986), ao se evitar a confusão entre os jogos, é possível entender como a pessoa sente sem a necessidade de uma descrição. A linguagem que trata de temas ligados aos fenômenos psicológicos não descreveria nada, mas funcionaria com base em exposições ou comportamentos dos indivíduos. Dessa forma, a resposta verbal “medo” não é a descrição de nada que se passa no interior do indivíduo, é uma exposição (entre outras possíveis) de como a pessoa está sentindo naquele momento.

Logo, ao se valer do conceito de eventos privados e, por consequência, adotar a concepção descritiva da linguagem dos sentimentos, o terapeuta passa a entender que quando o indivíduo fala sobre como sente, ele está descrevendo o que se passa em sua interioridade. Ao passo que, ao aplicar a concepção das exibições para a compreensão da linguagem dos sentimentos, a fala dessa pessoa que está sendo atendida na clínica é entendida e analisada como comportamento verbal, e nada mais. Os indivíduos exibem o sentir em todas as contingências em que estão inseridos, sendo o contexto clínico apenas mais uma delas. Assim, falar que está se sentindo de uma determinada maneira, também é uma forma de exibição. A análise dessa exibição inclui o que é dito, quais palavras são usadas, a velocidade e a entonação da fala, além de eventuais lágrimas, gritos etc. que ocorrem em conjunto. Todos esses elementos devem ser entendidos pelo terapeuta como exibição e não como descrição de um mundo interior. Dessa forma, o terapeuta passaria a compreender a resposta verbal não mais como um sintoma de algo anterior e interno, ele compreende a resposta verbal como resposta verbal. Ao fazer isso, ele pode explorar em sua análise e intervenção as diversas dimensões da resposta verbal.

Sendo assim, por uma perspectiva das exibições, o que é necessário para compreender como a pessoa sente é apenas a observação e análise da exibição, auxiliada pelo conhecimento da história daquela pessoa, assim como das regras que regem a comunidade verbal em que ela está inserida, ou seja, do contexto social. Não há a necessidade de acessar, direta ou indiretamente, um mundo interior para essa compreensão.

Outra vantagem prática do abandono de uma concepção descritiva para a compreensão da linguagem dos sentimentos no contexto clínico é que se escapa de questões ligadas à falta de credibilidade ou imprecisão do relato indireto. Essa problemática é trazida por Tourinho (2007), mas já está presente em Skinner (1974/1976) como uma preocupação: “Tendemos particularmente a suspeitar de relatos acerca da estimulação privada, especialmente quando a

descrição tem outras consequências – como, por exemplo, quando a pessoa finge de doente para faltar ao trabalho” (p. 14).

Ao adotar uma perspectiva wittgensteiniana, esse problema não se colocaria; a necessidade da precisão no relato “subjetivo” do indivíduo só existe quando se trata o sentir como descrição de uma “coisa” ou “evento”, quando há um referente a ser precisamente descrito, como é o caso dos eventos privados. Ser preciso ou não, não é algo que cabe às exhibições, elas apenas ocorrem.

Por fim, outro aspecto a ser analisado, quando se trata da utilidade do conceito de eventos privados na prática, diz respeito a qual seria o papel ocupado pelos discursos em primeira e terceira pessoas. Na linguagem psicológica tradicional, desconsidera-se o discurso em terceira pessoa como válido para tratar de como uma outra pessoa sente. Afinal, é somente o indivíduo quem tem acesso ao que é sentido e, por consequência, é apenas ele quem tem a autoridade para falar verdadeiramente como sente (Wittgenstein, 1953/1986). Como apresentado no Capítulo 2, a proposta skinneriana de eventos privados, ao adotar uma concepção descritiva para o seu funcionamento, acaba endossando esse mesmo argumento, colocando em xeque o discurso em terceira pessoa quando se trata da linguagem dos sentimentos.

Transpondo essa discussão para o âmbito prático, cabe questionar: qual seria o papel do terapeuta analista do comportamento que faz uso do conceito de eventos privados em intervenções clínicas sobre os sentimentos de alguém? O terapeuta é um “outro”, que só pode falar em terceira pessoa de como o indivíduo está sentindo. Logo, na concepção subjacente ao conceito de eventos privados, ele não teria legitimidade para falar sobre isso, e a única forma de ter *acesso* aos sentimentos de seu cliente seria indiretamente, por meio do seu relato descritivo em primeira pessoa. Dessa forma, se somente o indivíduo é quem tem acesso e pode falar sobre o que sente e, também, somente ele é que pode verificar se a linguagem

usada é adequada ao que está sentindo, caberia ao terapeuta apenas concordar com o discurso em primeira pessoa. Afinal, ele nunca saberá como o outro *realmente* está se sentindo. Sendo assim, o papel do terapeuta é esvaziado e sua presença se torna completamente irrelevante em relação a esse relato.

Já quando o conceito de eventos privados é deixado de lado, o papel do terapeuta no contexto clínico passa a fazer mais sentido. Em uma concepção wittgensteiniana, o outro está em melhor posição para interpretar como o indivíduo sente, do que ele próprio. Já que é o outro quem pode, no momento em que o indivíduo exhibe ou se comporta, observar e descrever o comportamento do indivíduo. É somente nos discursos da terceira pessoa que faz sentido a análise e interpretação do que está sendo sentido. O próprio indivíduo, no momento em que sente, não interpreta ou analisa seu comportamento, ele apenas o exhibe (Wittgenstein, 1980/2008).

Nesse sentido, o uso do conceito de eventos privados se mostra contra produtivo no contexto clínico por ainda manter uma lógica explicativa para a linguagem dos sentimentos baseada na existência de um mundo interno a ser descrito e, portanto, não partilhar da compreensão da linguagem dos sentimentos como comportamentos. Para além disso, ele esvazia o lugar de atuação do terapeuta e o deixa sem possibilidade de análise e intervenção frente a esse mundo privado. O abandono desse conceito, por outro lado, leva a compreensão de como alguém sente como comportamento e, portanto, acessível. O que permite ao terapeuta a análise de repertório comportamentais de diversas complexidades, sempre no escopo do comportamento e ainda assim sendo capaz de compreender a linguagem dos sentimentos de quem está sendo atendido.

Em síntese, ao analisarmos os argumentos favoráveis ao conceito de eventos privados por uma perspectiva wittgensteiniana, conclui-se que eles se mostram insuficientes para

justificar a manutenção do conceito para a explicação do funcionamento da linguagem dos sentimentos. Isso porque não escapam das críticas feitas por Wittgenstein no que diz respeito a temática da linguagem psicológica e tampouco oferecem justificativas suficientes para que, mesmo incorrendo nessas críticas, o uso do conceito se mantenha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir o conceito de eventos privados de uma perspectiva wittgensteiniana. Para tanto, as discussões sobre linguagem psicológica encontradas em livros de Wittgenstein (1953/1986, 1958/1965, 1980/2008, 1982/2014) foram sistematizadas em quatro unidades de análise que perpassam os principais argumentos do filósofo sobre a temática, sendo elas: 1) linguagem privada; 2) confusão entre diferentes tipos de jogos de linguagem; 3) confusão entre discursos psicológicos em primeira e terceira pessoa e; 4) separação entre linguagem psicológica e contexto. Essas unidades foram utilizadas como guia para a análise da proposta skinneriana (Skinner, 1945, 1953/1965, 1974/1976, 1989) de tratar a linguagem dos sentimentos em termos de eventos privados.

Como resultado dessas análises, concluiu-se que: 1) a explicação da linguagem dos sentimentos via eventos privados adota um funcionamento filiado a concepção de linguagem privada criticada por Wittgenstein (1953/1986); 2) a lógica explicativa adotada por Skinner para sua explicação da linguagem dos sentimentos é descritiva, o que para Wittgenstein (1953/1986) seria um erro, já que a linguagem psicológica seria explicada via jogos das exibições e não jogos das descrições; 3) a adoção dos eventos privados como parte central da explicação do funcionamento da linguagem dos sentimentos leva Skinner a uma confusão entre os discursos em primeira e terceira pessoa. Uma vez que o indivíduo é o único que tem acesso ao que ele sente, somente ele tem autoridade de falar sobre isso, enquanto o outro é deixado de fora e apenas poderia fazer inferências sobre os sentimentos desse indivíduo. Para Wittgenstein (1980/2008), seria justamente o outro quem está em melhor posição para falar sobre como o indivíduo sente por ser capaz de observar o comportamento; 4) a inacessibilidade inerente ao conceito de eventos privados torna a postura de Skinner quando se trata do papel do contexto para a explicação da linguagem dos sentimentos diversa. Já que, por um lado, a proposta de comportamento verbal de Skinner (1957/1992) tem como

característica basilar ser contextualista, mas, por outro lado, os eventos privados aos quais a linguagem dos sentimentos se ligaria são, por definição, inacessíveis (Skinner, 1945).

Diante disso, concluímos que as críticas de Wittgenstein atingem a proposta de Skinner para a explicação da linguagem dos sentimentos, justamente por conta do uso do conceito de eventos privados.

Por fim, foram analisadas quatro dimensões dos argumentos favoráveis ao uso do conceito de eventos privados, presentes na literatura analítico-comportamental. Mediante a análise, concluímos que os argumentos apresentados não são suficientes para a manutenção do conceito de eventos privados, assim como não são bem-sucedidos em escapar ou responder às críticas de Wittgenstein ao funcionamento da linguagem psicológica.

Com isso, este trabalho se aproxima de uma tradição de críticas ao conceito de eventos privados que também se encontra na literatura analítico-comportamental. Lopes (2005), por exemplo, argumenta que “a teoria de eventos privados de Skinner não está de acordo com um projeto fundacional do behaviorismo radical, e, por isso, podemos abandoná-la sem nenhum prejuízo para esse projeto” (p. 126). O autor apoia sua argumentação no problema da acessibilidade advinda do conceito de eventos privados, evidenciando que essa problemática surge no contexto de tradições filosóficas que se afastam do comportamentalismo radical, tais quais: dualismo, materialismo, empirismo e positivismo lógico. Por fim, o autor conclui que “O behaviorismo radical lida com diferenças entre os vários discursos na explicação do comportamento, e não com eventos acessíveis ou inacessíveis, públicos ou privados” (p. 131).

Nesse mesmo sentido, Hayes e Fryling (2009) argumentam que o conceito de eventos privados proposto por Skinner é contraditório com a própria concepção do autor do que deveria ser o objeto de estudo de uma ciência do comportamento. Nas palavras dos autores:

Skinner argumentou que o objeto de estudo da ciência do comportamento era a ação de *todo o organismo* em relação com o mundo exterior, não as ações de suas partes

consideradas separadamente. O conceito de eventos privados de Skinner implica que as ações de partes do organismo, localizadas dentro da pele do organismo, caem na categoria de eventos legitimamente estudados pelos cientistas do comportamento. (Hayes & Fryling, 2009, p. 41)

Os autores destacam ainda que a substituição da mente pela matéria orgânica, na defesa dos eventos privados, não faz com que Skinner afaste-se dos problemas de uma concepção dualista, pois ainda se manteria a dualidade público-privado: “Além de substituir a mente imaterial por um órgão material como o *locus* hipotético de tais eventos [privados], há pouco para distinguir a perspectiva comportamental sobre este assunto da perspectiva dos dualistas convencionais” (Hayes & Fryling, 2009, p. 41).

Baum (2011) também questiona a necessidade e utilidade do conceito de eventos privados. De acordo com esse autor, uma vez que os eventos privados não podem ser mensuráveis, eles seriam inúteis para uma ciência do comportamento:

De um ponto de vista pragmático, a razão para excluir eventos [privados] não mensuráveis é que eles não fornecem avanços úteis para melhorar nosso entendimento do comportamento; ao invés disso, eles oferecem toda uma gama de oportunidades para ofuscação e confusão. (Baum, 2011, p. 237)

Seguindo essa argumentação, Baum (2011) direciona críticas à própria noção de privacidade, questionando a tese skinneriana de que eventos públicos e privados compartilhariam das mesmas características: “A razão pela qual isso não faz sentido é que nós nunca podemos saber se eles são como os eventos públicos, [justamente] porque eles são privados. Eles serem privados é todo o problema” (Baum, 2011, p. 239).

Hocutt (2009) também vê problemas na noção de privacidade, destacando a questão de um caráter não-observável dos eventos privados na proposta skinneriana:

O caráter observável [observability] não é uma propriedade intrínseca de eventos; ele não pertence a eles como sua forma, independentemente de potenciais observadores. Que alguns eventos podem ser observados significa apenas que alguém está em uma posição que permite observá-los, e às vezes existe somente uma pessoa que está nessa posição. . . . É isso que alguns psicólogos têm em mente quando falam de eventos privados? Aparentemente não. O que esses psicólogos parecem estar buscando é algo que é privado em um sentido mais esotérico da palavra. (Hocutt, 2009, p. 105)

Esse cenário torna evidente que o conceito de eventos privados, tal como apresentado por Skinner (1945, 1953/1965, 1957/1992, 1974/1976, 1989), já vem sendo questionado na área, tanto em relação à sua coerência teórica quanto à sua utilidade científica. Contudo, ao endossarmos essas críticas ao conceito, não estamos argumentando que o comportamentalismo radical de Skinner como um todo deve ser deixado de lado (o que parece ser o caso de alguns desses autores). O ponto aqui defendido é de que justamente ao abandonarmos o uso do conceito de eventos privados é que podemos trazer mais coerência entre o comportamentalismo de Skinner e seus compromissos filosóficos. O abandono do conceito de eventos privados auxiliaria o comportamentalismo radical a permanecer radical.

Cabe pontuar que este estudo se ateve apenas a um recorte das discussões skinnerianas sobre a linguagem psicológica: a linguagem dos sentimentos com o uso do conceito de eventos privados. Assim, novas pesquisas poderiam investigar outras temáticas, que compõem o que é entendido como linguagem psicológica, que também foram abordadas por Skinner em sua obra, como: emoção, motivação, pensamento, memória, percepção. Futuras pesquisas poderiam analisar cada uma dessas temáticas por uma perspectiva wittgensteiniana e avaliar se as explicações de Skinner para as essas temáticas também se valem do conceito de eventos privados e, portanto, se recaem nas mesmas críticas de Wittgenstein. No caso de as propostas skinnerianas não apoiarem nesse conceito, há ainda outras possibilidades de

investigação, como: 1) se essas novas explicações escapam das críticas de Wittgenstein à linguagem psicológica; 2) se elas não apenas escapam das críticas, mas também vão em direção a proposta wittgensteiniana para o funcionamento da linguagem psicológica, 3) no caso de divergirem da proposta de Wittgenstein, poderia ser avaliado se as explicações skinnerianas nessas outras temáticas apresentam outras “saídas” ou “soluções” não exploradas por Wittgenstein para os problemas da linguagem psicológica.

**REFERÊNCIAS**

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. Martins Fontes.
- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 10*, 473-487.
- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*(3), 237-247. doi: 10.1590/S0102-37721999000300007
- Bachtold, L. (1999). Os sonhos na terapia comportamental. *InterAÇÃO, 1*, 21-34.
- Baker, G. P., & Hacker, P. M. S. (1992). *Wittgenstein: Rules, grammar and necessity*. Volume 2 of an analytical commentary on the Philosophical Investigations. Wiley-Blackwell.
- Baum, W. M. (2011). Behaviorism, private events, and the molar view of behavior. *The Behavior Analyst, 34*(2), 185–200. doi: 10.1007/bf03392249
- Bernstein, R. (2010). *The pragmatic turn*. Polity Press.
- Bloor, D. (1997). *Wittgenstein, rules and institutions*. Routledge.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2009). Usos do conceito de eventos privados à luz de proposições pragmatistas. *Estudos de Psicologia (Natal), 14*(2), 89-96. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2009000200001>
- Carrara, K., & Strapasson, B. A. (2014). Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical? *Acta Comportamentalia, 22* (1), 101-115.
- Catania, A. C. (2003). B. F. Skinner's Science and Human Behavior: Its antecedents and its consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 80*(3), 313-320. doi: 10.1901/jeab.2003.80-313
- Cunha, L. S. (2007). *Análise de eventos privados do tipo sentir sob controle de contingências programadas em um software*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória]. Repositória Institucional UFES  
<http://repositorio.ufes.br/handle/10/2979>

- Day, W. F. (1969). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489–506. doi: 10.1901/jeab.1969.12-489
- Faustino, S. (1995). *Wittgenstein: O eu e sua gramática*. Editora Ática.
- Ferreira, D. C., Tadaiesky, L. T., Coêlho, N. L., Neno, S., & Tourinho, E. Z. (2010). A interpretação de cognições e emoções com o conceito de eventos privados e a abordagem analítico-comportamental da ansiedade e da depressão. *Perspectivas em análise do comportamento*, 1(2), 70-85.
- Gazzoni, A. P., & Ferreira, V. R. T. (2021). Análise funcional dos sintomas depressivos do transtorno depressivo maior. *PSI UNISC*, 5(1), 167-176. doi: 10.17058/psiunisc.v5i1.14322
- Gier, N. F. (1982). Wittgenstein, intentionality, and behaviorism. *Metaphilosophy*, 13(1), 46-64. doi: 10.1111/j.1467-9973.1982.tb00290.x
- Hayes, L. J., & Fryling, M. J. (2009). Overcoming the pseudoproblem of private events in the Analysis of Behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 39-57.
- Hocutt, M. (2009). Private events. *Behavior and Philosophy*, 37, 105-117.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). São Paulo: Hogrefe.
- Lopes, C. E. (2005). Uma crítica ao papel da teoria de eventos privados no estudo da subjetividade. In H. J. Guilhardi & N.C. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição*, 15, 126-132. Santo André: ESETec.

- Lopes, C. E. (2006). *Behaviorismo Radical e subjetividade*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4813>
- Magalhães, T. O. (2017a). *O que é seguir uma regra? Reflexões filosóficas sobre normatividade* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza]. Repositório Institucional UFC [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25588/1/2017\\_tese\\_tomagalh%C3%A3es.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25588/1/2017_tese_tomagalh%C3%A3es.pdf)
- Magalhães, T. O. (2017b). Sobre certas dissimilaridades entre Wittgenstein e Skinner. *Princípios: Revista de Filosofia*, 24(43), 175-225. doi: 10.21680/1983-2109.2017v24n43ID10297
- Pears, D. (1973). *As ideias de Wittgenstein*. São Paulo: Cultrix.
- Pitanga, A. V., & Vandenberghe, L. (2010). Possibilidades da análise dos sonhos na terapia comportamental. *Perspectivas em análise do comportamento*, 1(2), 86-92.
- Rorty, R. (1967). Introduction: Metaphilosophical difficulties of linguistic philosophy. In R. Rorty (Ed.), *The linguistic turn: Essays in philosophical method* (pp. 1-39). University of Chicago Press.
- Schonberger, T. (1991). Verbal understanding: integrating the conceptual analyses of Skinner, Ryle, and Wittgenstein. *The Analysis of Verbal Behavior*, 9, 145-151.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2008). *A history of modern psychology* (9<sup>a</sup> ed.). Thompson Wadsworth.
- Sério, T. M. A. P. (2005). O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(2), 247-262.
- Silva, L. G. (2008). *O fantasiar na perspectiva da análise do comportamento* [Monografia, Centro Universitário de Brasília, Brasília]. Repositório Institucional UniCEUB <https://repositorio.uniceb.br/jspui/handle/123456789/2636>

- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277. doi: 10.1037/h0062535
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal Behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1957)
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. Upper Saddle River: Pearson Education, Inc. (Obra original publicada em 1953)
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New Jersey: Prentice- Hall, Inc.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Obra original publicada em 1974)
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill Publishing Company.
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2004) Behaviorism, interbehaviorism and the boundaries of a science of behavior. *European Journal of Behavior Analysis*, 5(1), 15-27.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e eventos privados como resposta verbal. *Interação em Psicologia*, 11(1), 1-9. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i1.6491>
- Vargas, E. A. (1992). Forward II. In B.F. Skinner, *Verbal Behavior* (pp. xxiii – xxxiii). B.F. Skinner Foundation.
- Waller, B. (1977). Chomsky, Wittgenstein, and the behaviorist perspective on language. *Behaviorism*, 5, 43-59.
- Williams, M. (1999). *Wittgenstein, mind and meaning: Towards a social conception of mind*. Routledge.

- Wittgenstein, L. (1965). *The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the "Philosophical Investigations"*. New York: Harper & Row. (Obra original publicada em 1958)
- Wittgenstein, L. (2008). *Observações sobre a Filosofia da Psicologia: volumes I e II*. Aparecida: Ideias & Letras. (Obra original publicada em 1980)
- Wittgenstein, L. (2014). *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia: volumes I e II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1982)
- Wittgenstein, L. (1986). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell. (Original publicado em 1953)
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2014). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte I: A definição de privacidade. *Acta Comportamentalia*, 22(4), 483-496.
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2015). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte II: A invasão da privacidade. *Acta Comportamentalia*, 23(2), 213-227.
- Zuriff, G. E. (2003). Science and Human Behavior, dualism, and conceptual modification. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 80(3), 345-352. doi: 10.1901/jeab.2003.80-345